

FERNANDA TAVARES ARRUDA

**A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIRA EM GERONTOLOGIA:
aproximações à concepção ideopolítica**

Recife

2019

FERNANDA TAVARES ARRUDA

**A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIRA EM GERONTOLOGIA:
aproximações à concepção ideopolítica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Gerontologia.

Área de concentração: Gerontologia

Orientador: Prof. Dr. Edilson Fernandes Souza

Recife

2019

Catálogo na Fonte
Bibliotecária: Elaine Freitas, CRB4-1940

A779p Arruda, Fernanda Tavares
A pós-graduação stricto sensu brasileira em gerontologia: aproximações à concepção ideopolítica/ Fernanda Tavares Arruda. – 2019.
82 f.

Orientador: Edilson Fernandes Souza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCS. Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Recife, 2019.

Inclui referências e apêndice.

1. Educação de pós-graduação. 2. Gerontologia. 3. Tendências. I. Souza, Edilson Fernandes. (Orientador). II. Título.

612.67 CDD (23.ed.) UFPE (CCS2019-86)

FERNANDA TAVARES ARRUDA

**A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIRA EM GERONTOLOGIA:
aproximações à concepção ideopolítica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Gerontologia.

Aprovada em: 8/3/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Edilson Fernandes Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Adriana Falangola B. Bezerra (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

Vejo os meus avós, Antônio e Lilita, no olhar de cada um dos velhos e velhas que pude atender na execução de Políticas Sociais e no de todos os outros que sequer conheci, porque pertencentes ao mesmo lado societário da divisão de classes. Respeitosamente, dedico-lhes este estudo, por serem o meu amor primeiro.

AGRADECIMENTOS

A Edilson, professor orientador, por contribuir com este estudo, respeitando a minha proposta e por tornar o processo de pesquisa uma experiência leve.

Aos que fazem o PPGERO: coordenadoras Márcia e Ana Paula, por sempre buscarem o melhor para o programa, por suas trajetórias de lutas, as quais tornaram possível o funcionamento do mestrado; funcionários: Manoel, Isabela e Ednalda, pela cordialidade e disposição em ajudar em todas as situações; todos os docentes, por socializarem os seus conhecimentos.

À turma 4 do mestrado PPGERO: André, Angélica, Bruna, Camila, Gabriela, Laudiane, Manuella, Pâmela, Patrícia, Sérgio, Taís e Tereza, pelos inúmeros momentos de trocas de saberes, afeto e amizade. Foi maravilhoso conviver com vocês!

Ao GEEHPTS, pelos oito anos de parceria, por ser a base de fortalecimento para a proposição de estudos críticos, em tempos tão conservadores.

À Sálvea, pela interlocução franca e fraterna, pela contribuição generosa e crítica em toda a minha trajetória de especialização (*latu e stricto sensu*), por proporcionar a minha participação e coordenação no GEEHPTS e por tantos outros projetos de luta, pela velhice da classe trabalhadora.

A minha mãe, Janize, por me ensinar, através do exemplo, a amar os estudos e a desenvolver o pensamento crítico, apoio incondicional em todos os meus projetos.

Ao meu companheiro de vida, Rodrigo, pelo apoio e dedicação, tão importantes nesta trajetória.

RESUMO

Compreender a concepção ideopolítica subjacente à pós-graduação brasileira *stricto sensu* em Gerontologia é o objetivo deste estudo. Para tanto, foi necessário: a) contextualizar a política de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil; b) explorar os programas de mestrado e doutorado em Gerontologia; e c) analisar os documentos que normatizam os Programas, no que diz respeito aos conteúdos ideopolíticos dos mesmos. Para apreender se os programas reforçam a tendência ideologizante hegemônica, a qual funda a Gerontologia tradicional e nela se estabelece ou, se resistindo a isso, esses programas oferecem elementos capazes de avançar criticamente, favorecendo a apreensão da desnaturalização das desigualdades sociais e diferenciações existentes na velhice e no envelhecimento. Foram elaborados seis parâmetros de análise, embasados na teoria social crítica: 1. Associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho 2. Favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural. 3. Resgate à história da Gerontologia associada a processos sociais mais amplos 4. Ultrapassagem do âmbito de responsabilização individual e familiar, referenciando as Políticas Públicas afirmativas de direito. 5. Presença de referências críticas da Gerontologia nas ementas das disciplinas. 6. Posicionamento ideopolítico exposto. É iluminado pela concepção teórico-metodológica dialética de análise da realidade social, sendo, portanto, de natureza qualitativa. O desenho do estudo é descritivo e explicativo, constituído por pesquisa teórica, com o suporte de pesquisa documental e de referências bibliográficas. Os documentos analisados demonstraram que prevalece a configuração da Gerontologia tradicional, porém, com a presença de alguns pontos críticos, requerendo a necessidade de fortalece-los para avançar muito mais criticamente.

Palavras-chave: Educação de pós-graduação. Gerontologia. Tendências.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand ideopolitical conception underlying to *stricto sensu* Brazilian post-graduation in gerontology. To do so, it was necessary to: (i) contextualize *stricto sensu* postgraduate policy in Brazil; (ii) identify master and doctoral programs in gerontology; and (iii) analyze documents that regulate the programs, with respect to their ideopolitical contents. In order to apprehend if the programs reinforce hegemonic ideological tendency, which founds traditional Gerontology and establishes itself in it, or, resisting to that, these programs offer elements capable of advancing critically, favoring denaturalization apprehension of social inequalities and existing differentiations in old age and aging, six parameters of analysis were elaborated, based on critical social theory: 1. Gerontology history account, associated to broader social processes; 2. Association of human aging with work process; 3. Favoring the analysis of human aging beyond a natural datum; 4. Exceeding the scope of individual and family accountability, referencing law affirmative Public Policies; 5. Presence of gerontology critical references in the syllabus of disciplines; and 6. Expressed ideopolitical positioning. It is illuminated by dialectical theoretical-methodological conception of social reality analysis, being therefore of qualitative nature. Study design is descriptive and explanatory, consisting of theoretical research, with documentary research support and bibliographical references. The documents analyzed showed that traditional gerontology configuration prevails; however, with the presence of some critical points. If strengthened, they can advance much more critically.

Keywords: Postgraduate education. Gerontology. Tendencies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
AGHE	Association for Gerontology in Higher Education
AME	Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPG	Conselho Nacional de Pós-graduação
EDUCATIE	Instituto Educatiehoog de Ensino e Pesquisa LTDA
EUA	Estados Unidos da América
FAMEMA	Faculdade de Medicina de Marília
FUPF	Fundação Universidade de Paço Fundo
GEEHPTS	Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNI	Política Nacional do Idoso
PNPG	Política Nacional de Pós-Graduação
PNSPI	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC	Serviço Social do Comércio
UCB	Universidade Católica de Brasília
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USAID	United States Agency for International Development
USJT	Universidade São Judas Tadeu
USP	Universidade de São Paulo

WHO

World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	O direito a educação na sociabilidade capitalista brasileira	17
2.2	Educação: sentido estruturante <i>versus</i> funcionalidade	21
2.3	A política de educação sob a égide do ideário neoliberal	22
2.4	Contextualizando a pós-graduação <i>stricto sensu</i> brasileira	25
2.5	Aspectos históricos da formação da ciência do envelhecimento e a inserção da gerontologia no âmbito da pós-graduação <i>stricto sensu</i>	31
3	OBJETIVOS	36
3.1	Objetivo geral	36
3.2	Objetivos específicos	36
4	CAMINHO METODOLÓGICO	37
4.1	Método de coleta de dados	39
4.2	Análise de dados	40
4.3	Considerações éticas	40
4.4	Devolutiva dos dados da pesquisa	41
4.5	Limitações metodológicas	41
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
5.1	Apresentação dos programas	42
5.2	Aproximações à concepção ideopolítica	45
5.2.1	Descrição do parâmetro1: associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho na sociedade moderna	45
5.2.1.1	<i>Resultados do parâmetro 1: associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho na sociedade moderna</i>	<i>47</i>
5.2.2	Descrição do parâmetro 2: favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural	48
5.2.2.1	<i>Resultados do parâmetro 2: favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural</i>	<i>51</i>
5.2.3	Descrição do parâmetro 3: resgate da história de Gerontologia associada a processos sociais mais amplos.....	53

5.2.3.1	<i>Resultados do parâmetro 3: resgate da história de Gerontologia associada a processos sociais mais amplos</i>	55
5.2.4	Exposição do parâmetro 4: ultrapassagem do âmbito da responsabilidade individual e familiar, referenciando as políticas públicas afirmativas de direito	58
5.2.4.1	<i>Resultados e discussão do parâmetro 4: ultrapassagem do âmbito da responsabilidade individual e familiar, referenciando as políticas públicas afirmativas de direito</i>	61
5.2.5	Exposição do parâmetro 5: as ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento (?)	62
5.2.5.1	<i>Resultados e discussão do parâmetro 5: as ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento (?)</i>	64
5.2.6	Exposição do parâmetro 6: posicionamento (ideo)político exposto	66
5.2.6.1	<i>Resultados e discussão do parâmetro 6: posicionamento (ideo)político exposto</i>	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA	80

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata de uma aproximação ao objeto, que é a concepção ideopolítica subjacente aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Gerontologia do país. Nesse sentido, buscou-se conhecer algumas convergências e divergências entre os programas, frente às transformações societárias em curso, sob as quais a educação integra a pauta do envelhecimento, formando mestres e doutores na área. Diante das disputas por distintos projetos societários, o que motiva a realização deste estudo tem a ver com a funcionalidade desta pós-graduação para a velhice da classe trabalhadora.

A pós-graduação *stricto sensu* constitui a última etapa da educação formal, desponta no início da década de 1930 com a proposta de uma pós-graduação nos moldes europeus. No decurso dos anos 1940, é utilizado formalmente o termo “pós-graduação”, no artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, e nos anos 1950 são firmados acordos entre Estados Unidos e Brasil, estabelecendo-se diversos convênios entre escolas, universidades brasileiras e norte-americanas, por meio de intercâmbio entre estudantes, pesquisadores e professores (SANTOS, 2003).

No ano de 1951, este nível de ensino passa a contar com o intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entidade vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de executar a Política Nacional de Pós-Graduação¹ e de contribuir para a expansão e a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados da Federação.

Em 1965, o Ministro da Educação solicitou ao Conselho Federal de Educação que regulamentasse os cursos de pós-graduação previstos na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, mas (ainda) não sujeitos a critérios de credenciamento. O pedido foi atendido no mesmo ano, por meio do Parecer nº 977 do Conselho Federal de Educação (CFE) (CUNHA, 1974).

O referido parecer implantou formalmente os cursos de pós-graduação no Brasil, sob o qual ficou estabelecido o modelo norte-americano, em que a pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisito entre o primeiro e o segundo, mestrado e doutorado, respectivamente. Os programas são compostos através de

¹ Expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, cujo objetivo é definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e seguimento às propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil (BRASIL, 2017).

áreas de concentração, entendendo estas como o campo específico no qual o pós-graduando deverá desenvolver suas atividades de estudo e pesquisa (AMADIO, 1999).

Entre os anos 1996 e 2004, se apresentou o primeiro salto de crescimento, mediante a ampliação dos cursos de mestrado em 8,3% e de doutorado em 9,4%, nas Universidades federais, estaduais e particulares (KAC *et al.*, 2006). Segundo a CAPES, entre 2009 e 2015, a pós-graduação *stricto sensu* brasileira é colocada no patamar de uma política consolidada, registrando um crescimento de 44,74% (BRASIL, 2017).

O último panorama geral da pós-graduação *stricto sensu* brasileira é referente ao ano de 2009, revelando 2.719 programas em atividade, responsáveis por 4.101 cursos, destes: 2.436 são de mestrado acadêmico (59,4%); 1.422 de doutorado (34,7%) e 243 de mestrado profissional (5,9%) (BRASIL, 2010).

Enquanto disciplina científica, a Gerontologia se insere no mundo acadêmico apenas no final dos anos 1990, “enfrentando uma série de dificuldades, tanto no âmbito das Universidades, como no Sistema Nacional de Pós-Graduação – órgão ligado ao MEC, como também, nas agências de fomento federais, estaduais e institucionais” (LEAL; MARQUES; ZIMMERMANN, 2014, p. 96).

Nesse período, os princípios do neoliberalismo e os rebatimentos da reestruturação reprodutiva do Estado na esfera educacional concretizam-se nas políticas, programas, diretrizes e metas para o campo da pós-graduação. São impostas bases generalistas para atender aos interesses do mercado e do capital, cujas transformações atuam no sentido de construir o consenso sobre a qualidade neoliberal², à qual não importam os significados sociais da formação humana (MAGALHÃES; SOUZA, 2015).

A Política Educacional como um todo é organizada/normatizada pelo Estado, subserviente aos interesses de produção e reprodução do capital, em detrimento da satisfação das necessidades humanas. Assim, a funcionalidade da educação para o mercado capitalista e para o capital é a primeira tendência imposta ao âmbito geral da pós-graduação, com ênfase no crescimento quantitativo dos programas.

Nas pautas de investimento do ideário neoliberal, o envelhecimento populacional sempre esteve na contramão, constantemente utilizado como argumento para reduzir direitos conquistados historicamente e associado a crescentes gastos nas Políticas Sociais, sobretudo

² Sob a criação e difusão pelo Banco Mundial, Unesco e Organismos Internacionais, produtores de documentos que se tornaram governamentais. Com ele, os indicadores de qualidade propostos reduzem a educação a dados quantitativos, garantindo, a partir dos resultados obtidos, a reconversão da função social educação, da instituição, do professor. Subtraindo-lhes a relevância social, limita-os à atividade técnica, desligada das suas dimensões ética e política (MAGALHÃES; SOUZA, 2015).

as da Previdência Social, Saúde e Assistência Social, prejudicando assim o envelhecimento da grande camada da população usuária dessas políticas.

Apesar de tardia, a inserção do envelhecimento nas Universidades viabilizou o aumento dos grupos de pesquisa em torno de 38%, entre 1999 e 2000, sob a liderança da área de conhecimento das Ciências da Saúde e Biológicas (56%), seguidas pela área das Ciências Humanas (13,9%). Dentro dessas grandes áreas, Saúde Coletiva (15,3%) e Medicina (11,8%) assumiram representatividade (LEAL; MARQUES; ZIMMERMAN, 2014) estabelecendo o eixo de abordagem da Gerontologia predominantemente sobre as bases biológicas, emergidas dessas áreas.

Conforme Cachioni e Neri (2004), a educação integra um amplo campo de aplicação da Gerontologia, pertencente ao âmbito da nova área interdisciplinar: a Gerontologia Educacional. Esta compreende o âmbito da educação para idosos e a formação de recursos humanos, visando a mudanças nas perspectivas da sociedade, em relação ao envelhecimento e aos sujeitos velhos.

Desde 1989, com base em definições educacionais usadas na Inglaterra, foi proposto o reagrupamento da Gerontologia Educacional em duas categorias: A Gerontologia Educacional enquanto referência nos processos de aprendizagem dos adultos e idosos; e a Educação Gerontológica, com foco no ensino e na pesquisa sobre a sociedade que envelhece, através da formação de especialistas e de recursos humanos em Gerontologia, sendo representada pela pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (CACHIONI, 2008).

Atualmente, existem treze programas brasileiros ofertantes de mestrado e doutorado em Gerontologia³, porém, mesmo com o crescimento destes, ocorrido nos últimos anos no país, foi identificada uma escassez⁴ da produção de conhecimento sobre essa realidade, despertando assim o interesse em conhecer melhor esse universo. Constitui o objeto deste estudo a concepção ideopolítica subjacente a esses programas e, sobre esse objeto, foi formulada a seguinte pergunta condutora: Como é compreendida a concepção ideopolítica subjacente à pós-graduação *stricto sensu* brasileira em Gerontologia?

Diante dessa escassez de estudos e da dificuldade de encontrar referências sobre o tema, esta dissertação se justifica na possibilidade de contribuir com a atualização das pesquisas sobre a pós-graduação *stricto sensu* brasileira em Gerontologia, aproximando-se das suas particularidades, convergências, divergências, apontando assim algumas tendências gerais quanto a sua concepção ideopolítica. Trata-se de um compromisso com a Gerontologia

³ Dentre esses, um mestrado é denominado Psicogerontologia.

⁴ Revelada mediante revisão integrativa de literatura sobre o tema, para qualificar o projeto desta pesquisa.

Social Crítica⁵, que tem como principal objetivo desmistificar as desigualdades sociais e diferenciações existentes na velhice e no envelhecimento, através de estudos na perspectiva da totalidade social.

No referencial teórico, a proposta foi contextualizar a educação enquanto uma política pública de direito, inserida no macro contexto de correlação de forças travadas entre Estado, capital e trabalho, no âmbito da sociedade moderna e a sua interlocução com a formação de especialistas *stricto sensu* em Gerontologia.

Para apreender se os programas reforçam a tendência ideologizante hegemônica, a qual funda a Gerontologia tradicional e nela se estabelece ou, se resistindo a isso, esses programas oferecem elementos capazes de avançar criticamente, favorecendo a apreensão da desnaturalização de desigualdades sociais e diferenciações existentes na velhice e no envelhecimento, foram elaborados seis parâmetros de análise, embasados na teoria social crítica, ou seja, no processo histórico, em atenção aos interesses da velhice da classe trabalhadora.

O parâmetro 1: **associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho na sociedade moderna** – buscou identificar nos documentos dos programas a referência ao trabalho, em quaisquer das suas categorias de abordagem, tendo em vista a maneira como o trabalho explorado antecipa o envelhecimento da classe trabalhadora.

O parâmetro 2: **favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural** – identificou se havia linhas de pesquisa e docentes que não fossem exclusivamente da área de saúde, considerando a importância da multidisciplinaridade. No parâmetro 3: **resgate da história de Gerontologia associada a processos sociais mais amplos** – foram pesquisadas a presença de particularidades no envelhecimento, os termos mais utilizados pelos programas, os objetivos dos cursos, desafios pontuados e se aparece a abordagem da história da Gerontologia.

O parâmetro 4: **ultrapassagem do âmbito da responsabilidade individual e familiar, referenciando as Políticas Públicas afirmativas de direito** – buscou a presença da Seguridade Social, de Leis e Políticas específicas para a população idosa, uma vez que são importantes instrumentos para a demarcação do espaço público, enquanto indutor de direitos.

No parâmetro 5: **as ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento (?)** – foram pesquisadas as autoras Simone de Beauvoir, Guita Debert,

⁵ Uma proposta defendida pela Assistente Social, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva. Para isso, dentre outros esforços, criou o Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS), multidisciplinar, do qual a pesquisadora participa desde 2011 e é coordenadora.

Eneida Haddad, Sálvea Campelo e Solange Teixeira, nas indicações bibliográficas presentes nos documentos, diante das suas contribuições críticas no âmbito da Gerontologia Social. E por fim, o parâmetro 6: **posicionamento ideopolítico expresso** – tentou localizar alguma menção a esse aspecto nos documentos disponíveis, na perspectiva de apreender a funcionalidade dos estudos e pesquisas.

Nos parâmetros estão referenciadas algumas categorias da teoria social crítica, quais sejam: ideologia, totalidade social, classe social e trabalho, relacionando-as com as condições materiais e objetivas de vida, produzidas e reproduzidas socialmente. Tais categorias são apontadas aqui enquanto essenciais para os estudos da Gerontologia, inclusive para a Gerontologia Social Crítica. Assim, a elaboração desses parâmetros e a análise dos documentos, a partir da perspectiva dos parâmetros, constituem os resultados deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta deste referencial é contextualizar a educação enquanto uma política pública de direito, inserida no macro contexto de correlação de forças travadas entre Estado, capital e trabalho, no âmbito da sociedade moderna e a sua interlocução com a formação de especialistas *stricto sensu* em Gerontologia.

2.1 O direito à educação na sociabilidade capitalista brasileira

Na perspectiva totalizante, situar a política de educação, enquanto um direito socialmente construído requer a constituição da centralidade do trabalho enquanto categoria, enquanto práxis humana (ação transformadora). Vista sob o sentido ontológico, a educação se revela enquanto uma totalidade, não podendo ser apreendida sem a associação com o que verdadeiramente funda o ser social, a sua condição humana, que é o trabalho. Esta condição é ineliminável, porque produtora de toda existência, em todas as épocas. Pois, ao transformar a natureza, o homem transforma a si, a sua coletividade, assim ele desenvolve suas potencialidades e produz novas necessidades.

A articulação entre trabalho e educação é fruto de um longo percurso, presente nos mesmos espaços, simultaneamente, ainda que envolvendo práticas e relações sociais que cumprem funções distintas, do ponto de vista das condições de produção da própria existência. Desde o momento histórico, em que estavam postas as condições sociais e tecnológicas para a produção do excedente, ou seja, quando os homens estabelecem relações sociais de produção que lhes permitem produzir mais do que é necessário para o consumo imediato, produz-se também um excedente de tempo, que viabiliza as condições sociais para que o trabalho se converta em instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Assim, no sistema capitalista, a divisão da sociedade em classes é decorrente da distinção entre aqueles que trabalham e aqueles que dominam a produção, se reproduzindo em função da organização de espaços e formas de educação das distintas classes (ALMEIDA, 2018).

Constituem as classes fundamentais no modo de produção capitalista, a burguesa (aquela que domina a produção) e a classe trabalhadora (aquela que é mão de obra), ambas compostas por seus respectivos segmentos e frações de classe. A burguesa caracteriza-se por deter os meios de produção, a riqueza socialmente produzida, obtida mediante a exploração da classe trabalhadora. Enquanto que a classe trabalhadora detém unicamente a sua força de trabalho, para se reproduzir social e materialmente, correspondendo assim ao histórico

processo de exploração do homem pelo homem, de uma classe sobre a outra. A classe burguesa tem como sua sociabilidade a natureza expropriadora sob as frações da classe trabalhadora, nos âmbitos econômico e político.

Numa resistência aos mecanismos de dominação exercidos pela burguesia, para além da “Classe em si e Classe para si”, de Hegel, Marx (2011) defende a Classe Revolucionária, a qual possui: consciência de classe e da sua missão histórica (autoconhecimento do proletariado); entendimento completo sobre a estrutura da sociedade capitalista; identificação da posição pertencente na luta de classes; elevação das necessidades humanas ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa. E mais, inconformada com as condições de exploração impostas, reconhece a necessidade de uma transformação da realidade social, acionando todos os meios para isso, de forma organizada e mobilizada. Tal consciência se estabelece, portanto, como uma unidade dialética indissociável entre teoria e prática.

Desde a formação do modo de produção capitalista, o trabalho passa a ser convertido em fonte de valor voltada exclusivamente para a valorização do capital, para a sua acumulação incessante e progressiva. As contradições oriundas da relação entre capital e trabalho são as produtoras da desigualdade social, em todas as versões e expressões, até conformar a sua versão mais ampliada e fenomênica que é a Questão Social. Para Iamamoto (2001, p. 10), Questão Social é entendida “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”.

Para o conjunto da classe trabalhadora, as expressões mais ampliadas da questão social são acentuadamente oriundas do mundo do trabalho. O acirramento da desigualdade social, suscitado no processo de exploração da classe trabalhadora, produz e reproduz o aviltamento das suas condições materiais e objetivas de vida. A forma de reagir, ou não, a tais ofensivas é construída ideologicamente e politicamente, a depender do momento histórico e da capacidade de articulação e mobilização das classes sociais.

Segundo Marx (2011, p. 2): “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. As lutas travadas enquanto reação às expressões da questão social demarcam a história dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, dentre os quais estão as políticas sociais.

Um conceito comumente divulgado sobre as políticas sociais é de que são formas mais ou menos institucionalizadas que as sociedades constroem em seu processo histórico para

proteger e/ou promover parte ou todos os seus membros, sobretudo quando estão em situações decorrentes da pobreza e da desigualdade social.

É necessário, portanto, contextualizar que no período histórico sob a vigência neoliberal, em curso no país, são provocadas transformações a partir da reestruturação produtiva e da financeirização do capital, desde a década de 1970, acentuando-se a partir da década de 1980, com sérias repercussões no conteúdo das políticas sociais. Seja pela via da minimização da esfera de intervenção do Estado⁶, da ampliação do mercado e/ou do revigoramento da função protetiva da família e da sociedade civil.

Desde a década de 1970 se evidencia o dismantelamento do chamado *Welfare State*, caracterizado por, no pós-guerra, ter incorporado, sob pressão da classe trabalhadora, em alguns países europeus, políticas de Seguridade Social, desde que integráveis ao sistema do capital (ALVES; CAMPELO E PAIVA; ARRUDA, 2016).

Tal dismantelamento tem relação com a crise da reestruturação produtiva e político-ideológica do capitalismo, iniciada na mesma época, alterando a correlação de forças e sendo favorável às correntes conservadoras neoliberais que defendem a retomada do mercado como mecanismo regulatório e maximizador do bem-estar social. Esse movimento estrutural e conjuntural do capital, no mínimo, modificou os papéis e as funções do Estado, principalmente com restrições no atendimento das demandas dos trabalhadores e, portanto, da sua capacidade de adotar políticas sociais públicas de cunho redistributivista e “universalista”, condição indispensável para o avanço do mercado (TEIXEIRA, 2013).

Teixeira (2013) refere que, os países periféricos, como o Brasil, também experienciaram um tipo de sistema de proteção social público, cuja montagem é também contraditória e marcada pela reprodução das desigualdades sociais nas formas de inclusão, além das interações com o sistema privado (mercantil ou não-mercantil) serem uma constante. Tais sistemas não condizem com a tipologia assumida nos países desenvolvidos, pois convivem com mecanismos liberais de assistência aos “genuinamente pobres” em parceria/transferência de responsabilidades com organizações não-governamentais e formas de incentivo aberto à proteção social privada.

Com isso, o caráter residual em que essas políticas operam, intervém apenas no âmbito do que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade, por meio das

⁶ “[...] Conceito de Estado no capitalismo maduro, que pode ser entendido na perspectiva de que possui uma autonomia relativa, e é marcado por diretiva política com consciência de classe, ou seja, trata-se de um Estado ampliado com hegemonia burguesa [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 19).

organizações na sociedade civil. E essa renda mínima não pode ter um teto que ultrapasse a miséria, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Dentre as demais políticas sociais, a da educação também envolve um conjunto de práticas que ocorrem em diferentes espaços e instituições: família, movimentos sociais, fábricas, Estado e na interface com as demais políticas sociais. A conformação da educação como política pública decorre dos processos de luta e constituição da classe trabalhadora enquanto sujeito político. Ela expressa um campo de intervenção do Estado na institucionalização de processos educativos voltados para a demarcação de lugares sociais, de acordo com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção. Ela se complexifica ideologicamente enquanto campo de atuação do Estado e de disputa de projetos educacionais articulados aos projetos societários das classes burguesa e trabalhadora (ALMEIDA, 2018).

Almeida (2018) demarca que o projeto de educação como referência de ser universal, pública e laica foi da burguesia, no processo de luta pela extensão de seu domínio econômico em domínio político. Obviamente esse projeto não vingou, em decorrência de a educação, assim como outras dimensões da vida social, ter se subordinado às condições de reprodução do modo de produção capitalista, da sociabilidade burguesa, não mais numa perspectiva revolucionária, mas conservadora dos interesses particulares de classe, e da consequente conversão do trabalho em meio de valorização do capital pela via da generalização do assalariamento. Além disso, se houvesse êxito do projeto, estariam postas as condições de acesso às formas de elaboração de um pensamento crítico, necessário à superação dos traços remanescentes do modo de produção que lhe precedeu. A educação dominante em cada época é a resultante da educação que interessa às classes dominantes de cada época, em seus embates com as classes dominadas.

A proposta ideopolítica burguesa, cada vez mais consolidada, para o âmbito geral da educação é, segundo Haddad (2016), silenciar a desigualdade social, a exploração, a luta de classes, os baixos salários, a precariedade das políticas públicas, ou seja, encobrir a questão social. Compreende, assim, numa total submissão ao capital, consentida e reproduzida pelo Estado e demais Instituições. Tais contradições da sociedade do capital requerem o desenvolvimento da educação acrescido de um norteamento crítico, capaz de desmistificar a ideologia que as (re)produz e as conserva acriticamente.

Em que pese a importância da natureza ideopolítica, teórica e/ou filosófica para apreender a complexa realidade social, a categoria da Totalidade Social admite o movimento

histórico-dialético da realidade, à qual só é possível aproximar-se dos fenômenos sociais através de aproximações sucessivas, partindo da aparência à essência, partindo das mediações (ARRUDA; CAMPELO E PAIVA, 2014). Complexa porque a realidade social não é constituída pela soma de várias partes, estas são dinâmicas e se encontram em relação de contradição, interação, conexão, entre si e com o todo.

Para operar neste nível de reprodução, Paulo Netto (2009) aponta a concepção teórico metodológica dialética de análise da realidade social, cujo método não separa da teoria⁷, do seu processo histórico, sendo determinado pelo seu objeto. A estrutura e a dinâmica do objeto é que comandam os procedimentos do pesquisador, não o oposto. “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (PAULO NETTO, 2009, p. 16).

2.2 Educação: sentido estruturante *versus* funcionalidade

A educação, pensada num sentido mais amplo, revela características contraditórias entre o que seria o seu sentido estruturante e a sua funcionalidade. No sentido Gramsciano, a educação deveria levar em consideração as capacidades criativas e emancipatórias, tendo o ser humano como parâmetro e prioridade. O ensino teria a função de socializar verdades já conhecidas e torná-las patrimônio de toda a coletividade. Difere do modelo imposto pela lógica desumanizadora do capital, que tem no lucro, no individualismo e na competição os seus fundamentos, funcionais ao atendimento dos interesses do mercado e do capital.

Ainda assim, a educação é a mediação necessária para acessar o conhecimento científico, a arte, a literatura, a filosofia, a cultura e o desenvolvimento do pensamento crítico, pois algumas informações tidas como verdades precisam ser questionadas, devido a orientação ideológica do projeto societário ao qual está vinculada. É com o intermédio da educação que se torna possível romper com gerações de ciclos de extrema pobreza e de

⁷ Para Marx (1982, p. 15 apud PAULO NETTO, 2009, p. 7), “a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”. A teoria é, para Marx (apud PAULO NETTO, 2009, p. 7), “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto”.

miséria, entre indivíduos da classe trabalhadora, através do acesso ao trabalho seguro e protegido por leis trabalhistas, alcançando assim melhores condições de vida.

É certo que a ideologia conservadora nega ou relativiza as determinações gerais, a natureza desigual e articulada em que o capitalismo se desenvolve. No entanto, pensar a educação enquanto um setor estratégico da reprodução social implica apreendê-la como parte de um todo mais amplo, articulado e determinado, a tendência universal, que é o modo de produção capitalista, constituído sob condições históricas concretas, nas distintas formações sociais.

Para Mézaros (2006), a educação institucionalizada serviu, nos últimos 150 anos para fornecer condições técnicas e humanas à expansão do capital, ao mesmo tempo em que contribuiu para instalar valores que legitimam os interesses dominantes, favorecendo a manutenção do *status quo*. Para além de uma questão de sobrevivência, os indivíduos passam a incorporar como suas, as metas de reprodução e de acumulação do sistema.

À medida que o capitalismo avança, mais visível torna-se a divisão de classes e os desdobramentos desse processo no centro da arena política e econômica. E no contexto da particularidade brasileira, desde a condição de colonização do país, vive-se uma limitação histórica das conquistas civilizatórias de um modo de produção capitalista dependente, sob as quais o setor educação também é impactado.

Segundo Fernandes (1979), as formas majoritariamente conservadoras, assumidas desde o período da Ditadura, estavam pautadas para que as sociedades subdesenvolvidas reproduzissem o ciclo evolutivo das sociedades capitalistas avançadas, sem evoluir, no entanto, da sua condição de subordinação. E até hoje vive-se o ranço dessa herança histórica conservadora, potencializando o neoliberalismo, uma questão que será retomada mais adiante.

2.3 A política de educação sob a égide do ideário neoliberal

Para entender a política educacional dentro do contexto macrossocial, julga-se necessário referir a análise feita por Azevedo (2001), sobre a política educacional enquanto uma política pública de cunho social. A autora trata de um conjunto significativo de abordagens utilizadas na análise da educação como política pública, as quais constituem, em certa medida, as vertentes clássicas. Adota uma perspectiva teórico-crítica ao abordar, enquanto objeto, as políticas educativas. Tendo em vista que o conservadorismo permite a radicalização do neoliberalismo, para fins deste estudo, foi feita a referência da perspectiva neoliberal por estar atualmente em curso.

Vigorosa ao longo do século XIX, a concepção liberal clássica encontrou espaço propício para se revigorar na crise econômica dos anos 1970, quando assumiu a versão de neoliberal. O neoliberalismo questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado como aprofundamento da intervenção estatal. “Menos Estado e mais mercado” é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção de liberdade individual, tal como concebida pelo liberalismo clássico. Creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades, tendo como referência básica o livre mercado.

Os programas e as várias formas de proteção destinados aos trabalhadores, aos excluídos do mercado e aos pobres são vistos pelos neoliberais como fatores que tendem a tolher a livre iniciativa e a individualidade, acabando por desestimular a competitividade e infringir a própria ética do trabalho. Considera-se que os recursos públicos estimulam a indolência e a permissividade social.

[...] O atendimento das necessidades extremas da velhice, do desemprego, da doença etc. é reconhecido como dever da coletividade, independente dos indivíduos poderem ou deverem prover a essas eventualidades, e, em particular, uma vez que a ajuda é garantida, levando os indivíduos a reduzirem sua iniciativa pessoal, parece óbvio ser necessário compeli-los a se garantir (ou se prover) por conta própria contra essas dificuldades naturais da vida (HAYEC, 1983, p. 346 apud AZEVEDO, 2001, p. 40).

Outra questão central nos argumentos neoliberais é o inchamento da máquina governamental. Estes compreendem como nefastos os efeitos que as políticas sociais têm provocado nesse sentido, além dos desdobramentos em termos de déficit público. Ao assumirem a responsabilidade pelos programas sociais, os governos geram a necessidade de maiores receitas, suprindo-as com o aumento da carga de tributos e encargos sociais.

Em relação à política educacional, pode-se dizer que a onda neoliberalizante não a contagia na mesma proporção que atinge outras políticas sociais. A educação na condição de um dos setores pioneiros de intervenção estatal é uma das funções permitidas ao “Estado Guardião”. Friedman (apud AZEVEDO, 2001), um conceituado neoliberal, não inclui a educação entre as 14 áreas as quais julga inadmissível serem subsidiadas pelos recursos públicos (Dentre elas estão a habitação e os seguros sociais destinados à velhice e à aposentadoria. No seu entender estas são as esferas em que deve atuar a iniciativa privada) (FRIEDMAN, 1984, p. 40 apud AZEVEDO, 2001). A ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das

desigualdades, mas não a educação em todos os níveis e para todas as gerações. Acrescente-se o não lugar ocupado pelos idosos no sistema educacional brasileiro, protagonizando os maiores índices de analfabetismo do país.

Coerente com as ideias liberais, a abordagem neoliberal não questiona a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino. Apregoa, contudo, a necessidade de um outro tratamento para o sistema educacional. Os governos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços. As famílias teriam, assim, a chance de exercer o seu direito de livre escolha do tipo de educação desejada para os seus filhos. Ao mesmo tempo, minar-se-ia o monopólio estatal existente na área, diminuindo-se o corpo burocrático, a máquina administrativa e, conseqüentemente, os gastos públicos.

Quanto aos outros níveis de ensino, as proposições neoliberais são taxativas: os subsídios à formação profissionalizante dos indivíduos não podem ser justificados pelo que vão proporcionar aos beneficiários individualmente, e sim pelas vantagens que podem resultar para a comunidade em geral. Sem referência aos velhos, defende que qualquer tipo de educação que se volte para o treinamento vocacional não deve, pois, ser subsidiada pelos fundos públicos, dado que um melhor preparo profissional vai se refletir, no futuro, em melhores salários.

Em se tratando de um meio de valorização do capital humano, o ensino profissionalizante deve ser, portanto, totalmente privatizado, posto que grande parte do aumento da renda é possível auferir em ocupações que exigem tal treinamento e constituirá tão somente um retorno sobre o capital investido.

Nas proposições de Friedman (1984 apud AZEVEDO, 2001) são previstas, contudo, oportunidades para que os indivíduos sem recursos, mas “talentosos”, possam valorizar este tipo de capital. Nestes casos, é proposto o financiamento desta formação mediante empréstimos públicos ou privados, assumindo os beneficiários a responsabilidade de pagar a dívida quando começarem a colher os frutos da valorização do capital humano.

Quando, pois, a política educacional é estudada segundo as categorias analíticas próprias à tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão como política pública – de total responsabilidade do Estado – é sempre posta em xeque. Neste contexto, os problemas que se identificam como causadores da crise dos sistemas educacionais na atualidade são vistos como integrantes da própria crise que perpassa a forma de regulação assumida pelo Estado, desde o século XX. No extremo, concebe-se que a política educacional tal como outras

políticas sociais, será bem-sucedida, na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o setor privado.

Com base nas análises realizadas por Azevedo (2001), sob a perspectiva neoliberal de retração do Estado para os níveis mais elevados de ensino, é possível apontar uma segunda tendência no campo da política educacional, diretamente relacionada com o nível da pós-graduação, que é a mercadorização da educação. A educação é uma mercadoria, devendo ser acessada por quem possa pagar, e, diante da impossibilidade de pagamento, em razão da condição social do indivíduo, tem-se a possibilidade de um financiamento, ou seja, a certeza de uma dívida ao final do processo formativo e a incerteza de ter os meios de quitá-la, num contexto de desemprego estrutural, gerado pelo próprio sistema.

2.4 Contextualizando a pós-graduação *stricto sensu* brasileira

De mãos dadas com o neoliberalismo, o Estado se expande para as estratégias de acumulação neoliberal, gerindo e legitimando, localmente, as exigências do capitalismo global, forjadas a partir das características históricas e estruturais dos países em curso e, em função disso, lança a falsa ideia de esgotamento da máquina pública, com necessidade de enxugar gastos, ou seja, reduzir direitos e políticas públicas, dentre elas a educação. O poder do Estado atende à funcionalidade do projeto das classes dominantes, umas vezes mais, outras menos, a depender do momento histórico, mas de maneira geral, a sua intervenção sob a égide da perspectiva neoliberal:

[...] atinge as instituições com as privatizações, redução de custos, parcerias público-privadas, transformações de instituições públicas em organizações sociais e alterações favoráveis ao princípio de valorização do mercado. No caso da política educacional, os processos mais nítidos (comumente citados nos estudos e pesquisas da área) em que se materializa esta lógica ocorrem, principalmente, na predominância da avaliação quantitativa da produtividade dos indivíduos e dos grupos de pesquisa, na precarização das condições do trabalho docente e no desenvolvimento da oferta de serviços educacionais ao mercado, tendo em vista a captação de recursos (VALE, 2012, p. 17).

Além dessas questões, no que tange à formação de especialistas *estricto sensu*, dimensionando as repercussões na educação que a regulação via mercado vem provocando, tem-se a seguinte questão, apenas para reflexão: Qual é o espaço reservado para as pautas da classe trabalhadora, nas pesquisas e na produção de conhecimento, se a articulação entre o Estado e a política de educação é simbiótica para servir ao mercado?

No bojo desse processo, anterior à pós-graduação, existe um contexto histórico relativo à criação das universidades no Brasil que convém demarcar. Desde a época da colonização, Portugal era resistente a criação de uma instituição desse gênero. A elite brasileira procurava a Europa para realizar os seus estudos superiores e aqui funcionavam algumas escolas apenas de caráter profissionalizante. Denotava uma política de controle por parte da Metrópole, de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2006).

Somente em 1920 é criada a primeira instituição universitária, isto feito legalmente pelo Governo Federal - a Universidade do Rio de Janeiro. Não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno de sua criação, sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil. De maneira geral, uma das características da universidade é a de ser um *locus* de investigação e de produção do conhecimento, requerendo o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária, nem sempre assegurados. Ao passar das décadas, multiplicam-se as universidades, mas com predomínio da formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento (FÁVERO, 2006).

Acrescente-se a isso que o processo de “modernização” do Brasil, iniciado nos anos 1960, é uma expressão do desenvolvimento do capitalismo dependente. Consistiu em integrar países periféricos e centrais, criando com isso uma relação de dependência entre produtores de ciência e tecnologia, dos primeiros, e sua expansão constante de mercado de consumo nos países periféricos, desestimulando a concorrência científica e tecnológica (SANTOS, 2003). Num quadro em que a ciência e a tecnologia transformam-se paulatinamente em forças produtivas, a realidade local e as suas demandas não estavam no campo prioritário, pois, foi sob o contexto de dependência em relação às nações centrais que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil, inclusive com a importação de intelectuais estrangeiros, num processo pelo qual:

Uma sociedade dependente vincula-se à outra, supostamente mais organizada e desenvolvida, para estabelecer uma relação de ‘parceria subordinada’. Tal dependência, contudo, é extremamente nociva mormente na área da pesquisa, uma vez que a compra de *know-how* estrangeiro se torna um mau negócio por desestimular as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador, limitando a formação de cientistas e pesquisadores. Nesse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional que seu trabalho tem e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países desenvolvidos. A interferência da

United States Agency for International Development (USAID) nos rumos da educação brasileira na década de 1960 deve ser entendida sob esta ótica. A importação de teóricos e de teorias, esta 'ciência de reprodução', só foi implantada em razão da visão de modernização da intelectualidade orgânica da elite, que consistia em tentar reproduzir no Brasil marcas dos países 'adiantados', principalmente os EUA, no intuito de tornar o país subdesenvolvido o mais parecido com o país desenvolvido. Segundo Cunha, 'a modernização da universidade objetiva nessa perspectiva (re)produzir aqui a ciência 'internacional', a ser ensinada segundo padrões de idêntica categoria, sem veleidades autonomistas' (SANTOS, 2003, p. 3).

Essas interferências, no surgimento e na estruturação da pós-graduação brasileira, impõem ao âmbito geral desse nível educacional uma terceira tendência, que é a da influência de modelos externos e a priorização da qualificação profissional, ao invés da construção de um modelo afinado com o perfil do país, com pesquisas e produção de conhecimento funcionais à realidade local. Para além da negligência com a realidade local, ao longo do processo histórico, esse nível de ensino vai ganhando contornos da particularidade brasileira.

Segundo Cunha (1991), durante o regime militar, as transformações no ensino superior e na pós-graduação do país seguiram uma filosofia de ação tecnicista, própria dos regimes de exceção. Após o golpe de 1964, houve uma indução pela pós-graduação, provocada pela ascensão da carreira docente. Foram investidos recursos para a expansão da universidade pública, ao passo que bibliotecas e programas foram mutilados, alunos e professores foram expulsos do sistema educacional por não estarem dentro dos limites impostos pelo autoritarismo e pela repressão do regime.

O conservadorismo, instaurado desde então, inviabilizou projetos educacionais críticos e engajados com o processo de transformação da realidade local, sobretudo aqueles projetos presentes em Instituições de Ensino Superior (IES), como a graduação e a pós-graduação. Além disso, não é possível esquecer, os níveis educacionais mais elevados estavam voltados para a formação das elites dirigentes, e, conseqüentemente, figuravam nas pautas a funcionalidade dos seus interesses.

Serviu de base para o surgimento da pós-graduação no país, o boom vivenciado no número de matrículas na graduação iniciado na década de 1960 e, logo em seguida, começa a ter expressão a figura do excedente, ou seja, candidatos aprovados nos exames vestibulares, mas que não conseguiam matrícula por falta de vagas nas universidades públicas. Concomitantemente a isso, vai sendo elaborada a legislação que dá forma ao ensino de pós-graduação, que já existia antes de 1965, mas de forma "livre", isto é, sem uma legislação própria, sem o reconhecimento do Ministério da Educação e, com isso, não conferindo privilégios ocupacionais aos seus diplomados, a não ser em casos muito reduzidos e sempre restritos ao âmbito das universidades (CUNHA, 1974).

Com o Parecer do Conselho Federal de Educação, em 1965, houve a definição dos cursos de pós-graduação e a partir de então amplia-se a legislação referente a essa modalidade de ensino, culminando com a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação, em janeiro de 1974. A expressão política das insatisfações dos "excedentes" de 1968 e de outros problemas agudos do país passou a polarizar as frustrações dos estudantes já matriculados e assumiu formas que ameaçavam o próprio poder do Estado. Em decorrência disso, tomaram-se medidas repressivas para efeito de curto prazo e começou-se a elaborar uma série⁸ de leis que compõem a Reforma Universitária (CUNHA, 1974).

A Reforma contou com densa participação do movimento estudantil, através de seminários e suas propostas, ficando evidente a resistência ao conservadorismo, via União Nacional dos Estudantes, em combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. Nesses seminários foram discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 2006). Pautas inscritas na constante tensão de correlação de forças da reorganização do capitalismo mundial e do poder de persuasão da doutrina neoliberal.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) também ilustra as intencionalidades para com este nível de ensino, através das suas metas e estratégias, em diferentes períodos históricos. O I PNPG teve vigência entre os anos 1975 a 1979, introduzindo o planejamento estatal das atividades de pós-graduação, com o objetivo de formar docentes e pesquisadores e a integração da pós-graduação ao sistema universitário, além da preocupação com as ciências básicas e com as **disparidades regionais** que deveriam ser evitadas.

O II PNPG (1982-1985), por sua vez, se preocupou com a institucionalização da avaliação da pós-graduação, processo existente desde 1976, porém, incipiente. Continuava expressando preocupação com os **desníveis entre regiões e instituições**, decorrentes da heterogeneidade da realidade brasileira. Mesmo em período de recursos escassos, o plano deu

⁸ O ponto nodal dessa série é a Lei nº 5540 de 28.11.68 chamada Lei da Reforma Universitária que, ao lado de outras inovações, institucionalizou o ensino de pós-graduação. Chamamos essa lei de ponto nodal pelo fato de ela ter sido a convergência de várias medidas e propostas e por terem dela decorrido várias outras. No que se refere à pós-graduação, convergiram para a Lei da Reforma Universitária: a) a definição desse tipo de ensino pelo CFE, em 1965; b) o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (resultado de um dos acordos MEC/USAID) em junho de 1968, propondo a organização urgente do ensino pós-graduado no País; e, finalmente, c) o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, em agosto de 1968, que assumiu a definição do CFE, algumas sugestões do Relatório MEC/USAID e elaborou minutas de leis e decretos que, por sua vez, resultaram na Lei da Reforma Universitária (CUNHA, 1974, p. 67).

ênfase à “qualidade” do ensino superior e da pós-graduação. Além do que, buscou adequar este último às necessidades do país em termos de produção de ciência e tecnologia, reafirmando, de modo bastante evidente, “sua vinculação com o setor produtivo” (RAMALHO; MADEIRA, 2005).

O III PNPG (1986-1989) **propôs a subordinação das atividades de pós-graduação ao desenvolvimento econômico brasileiro**, por meio de sua integração com o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Foi formulado tomando como premissa básica a constatação de que os objetivos centrais do I e do II PNPG, isto é, a consolidação e o fortalecimento qualitativo, não foram plenamente alcançados. Daí que foi estabelecido como objetivo geral a transformação dos cursos de pós-graduação em autênticos centros de pesquisa e de formação de docentes/pesquisadores, através da efetiva participação da comunidade científica nos processos decisórios (SANTOS; AZEVEDO, 2009; VOGEL; KOBASHI, 2015).

O IV PNPG (1990-2004) tramitou nas discussões nacionais, mas não foi formalizado, o que não significa ausência de políticas públicas para o setor. Houve um conjunto de medidas que constituíram uma política para a pós-graduação. Tiveram suas diretrizes adotadas pela CAPES: ênfase na expansão do sistema, na inserção do Sistema Nacional da Pós-Graduação e apresentação de propostas de mudanças no processo de avaliação. O V PNPG (2005-2010) propôs o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica, a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino e a criação de uma nova modalidade de curso: o mestrado profissional (SANTOS; AZEVEDO, 2009; VOGEL; KOBASHI, 2015).

O VI PNPG (2011-2020), atualmente vigente, tem como objetivo central promover a **integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade**. Além disso, propõe a organização de uma agenda nacional de pesquisa em torno de temas, a **superação das assimetrias** e a formação de recursos humanos para empresas e programas nacionais (BRASIL, 2010). Embora reconheça que a pesquisa é a essência da pós-graduação, há, neste plano, **forte preocupação com a formação de professores para o ensino médio e básico**. Esta missão, ausente nos planos anteriores, mostra a nova frente de trabalho a ser assumida pela CAPES, salientando o papel da pós-graduação na apresentação de soluções para os graves problemas da educação básica no país. Nessa medida, cria uma nova instância de atuação dentro da própria Capes, a Diretoria de Educação Básica, definindo as diretrizes,

estratégias e metas cujo objetivo é consolidar a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

Chega-se ao VI PNPG com alguns avanços na pós-graduação, mas com problemas que ainda não foram solucionados, desde o primeiro plano, dentre os quais o das disparidades regionais. Frente a isso, são impostos desafios no campo ideopolítico, dentre os quais o da funcionalidade da pós-graduação para os interesses do mercado, com o êxito do convencimento a respeito da não existência de outras alternativas para essas propostas. As classes dominantes e o setor empresarial passam a não mais se interessarem pelo consenso, pois estão confiantes que não há outras alternativas para as ideias das soluções que defendem, ou seja, os seus interesses conservadores, dado o argumento de que é inevitável o que está posto.

Apesar dos esforços e das resistências, desde aqueles empreendidos pela UNE e por outros movimentos sociais, o desenvolvimento da educação, de maneira geral, mostra-se incapaz de realizar-se enquanto parte de um projeto nacional autônomo, o que implicaria em ser pública, laica, gratuita e de qualidade para a maior parte da população, pois permanecem fincadas às raízes da formação social de dominação imperialista⁹. “A educação da miséria” expressa, assim, a particularidade das sociedades capitalistas, em que há a permanente produção e reprodução de desigualdades sociais, de privações e de problemas educacionais na mesma conjuntura em que as forças produtivas estão em alto nível de desenvolvimento (MINTO, 2014).

Se o desenvolvimento das forças produtivas, sob as quais o setor educação é estratégico, está em constante avanço, mas não se reflete nas conquistas materiais para a maioria da população, que é da classe trabalhadora, a quem estaria sendo funcional? A ideologia conservadora oculta que mais capitalismo e os seus mecanismos de acumulação só beneficiarão as formas de reprodução do sistema e ao mercado. Neste contexto societário de correlação de forças:

A luta pela educação pela classe trabalhadora foi sempre um processo duramente interdito pela força da autocracia burguesa. Na dinâmica das lutas sociais pelo reconhecimento dos direitos sociais, entre eles a educação, a nossa condição de periferia do capitalismo imputou uma subordinação da educação ao trabalho, por meio de processos extremamente perversos de expropriação e acumulação. Isso determinou, em certa medida, a constituição tardia da universidade no Brasil, a não universalização da educação básica, uma profunda estratificação das condições de acesso à educação e o rebaixamento das exigências e habilidades intelectuais face às necessidades de uma força de trabalho com baixa qualificação técnica e intelectual,

⁹ “[...] Lenin dirá que o imperialismo representava a fase última do modo de produção capitalista, caracterizada pelo amplo processo de concentração e monopolização da produção” (MINTO, 2014, p. 48).

requisitos fundamentais para a inserção subordinada do país nos processos de exploração e expropriação do capital em sua dinâmica mundial (ALMEIDA, 2018, p. 66-67).

Contemporaneamente, as universidades e as demais IES são as principais convocadas a serem palco de discussões sobre a sociedade, não apenas em termos puramente teóricos e abstratos, mas de serem o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas (FÁVERO, 2006).

Considerando a pós-graduação *stricto sensu* como o último estágio da educação formal, urgente é a proposição e o incremento de estudos que possam descortinar as formas estruturais de desigualdade do sistema, aproximando-se assim daquela educação proposta por Gramsci, de ter como parâmetro o ser humano e estar disponível para toda a coletividade e não para uma pequena parcela dela, que sempre priorizará a funcionalidade dos seus próprios interesses.

2.4 Aspectos históricos da formação da ciência do envelhecimento e a inserção da gerontologia no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*

As questões da velhice e do envelhecimento estão presentes ao longo de toda a história da humanidade, sendo produzidas e reproduzidas sob diferentes períodos históricos, modo de produção social, localização geográfica e formação cultural. Na antiguidade, aparecem em obras escritas no Egito de 200 a. C., nos papiros constando recomendações sobre temas cirúrgicos, em 1600 a.C., no “Livro para transformação de um homem velho em um jovem de vinte anos”, contendo informações para eliminar manchas e rugas (LOPES, 2000). “De senectute”, do filósofo Marco Túlio Cícero, já abordava algumas perdas do envelhecimento como as de memória, capacidade funcional, capacidade do trabalho, alterações nos órgãos e tecidos, entre outras (LOPES, 2000).

A era cristã foi marcada pelas referências ao tratamento de doenças comuns na velhice e recomendações no trato de pessoas idosas, utilizadas ainda hoje por geriatras. Na Idade Média, a preocupação maior era com os hábitos de higiene e formas de controle para prolongar a vida, sendo marcada pela obra: “Da conservação da juventude e da proteção da velhice”, escrita em 1290 (LOPES, 2000).

Segundo Lopes (2000), no Renascimento é observado o progressivo aumento da expectativa de vida. Então, na segunda metade do século XV, foi escrito o “primeiro manual

de higiene para idosos”, ou o primeiro livro impresso na área de Geriatria: Gerontocomia, de Gabriele Zerbi. Na sequência, vieram as teorias médicas (obras) de Francis Bacon, André Laurens, dentre outros, contendo alguns questionamentos de Descartes sobre a velhice.

Na era Moderna, é escrito o que foi considerado o primeiro tratado científico em Geriatria, por Johan Bernard Von Fischer, contra argumentando o pessimismo médico, então existente, sobre pessoas velhas. Do final do século XVIII até o século XIX, aflorou uma diversidade de obras sobre a velhice, na construção de um movimento pré-geriátrico, pois a Gerontologia e a Geriatria se constituíram como especialidades, no início do século XX, através de pesquisas lideradas por fisiologistas, patologistas e biólogos (LOPES, 2000).

Dentre os pesquisadores mais conhecidos, em 1903, o cientista Elie Mictchenkoff defendeu a criação de uma nova especialidade, a Gerontologia: do grego, geron significa velho/ancião e logia quer dizer estudo. Poucos anos depois, em 1909, o médico Ignatz L. Nascher formalizou na medicina uma nova especialidade: a Geriatria, sendo considerado o pai desta, por suas pesquisas biológicas e sociais sobre o envelhecimento. Enquanto que Marjory Warren é considerada a mãe da Geriatria por introduzir o conceito e implementar ações de avaliação geriátrica especializada, servindo de base para os estudos multi e interdisciplinares, característicos da ciência do envelhecimento (PAPALÉO NETTO, 2006).

Desde o século XIX, a velhice era vista e tratada sob o caráter de involução e estagnação do desenvolvimento. Entre os anos 1900 e 1940, o foco dos estudos e das pesquisas normativas estavam voltados à infância; sobre a fase adulta e a velhice pouco foi pesquisado. A obra do cientista social Stanley Hall “Senescence, the last half of life”, publicada em 1922, é considerada a primeira monografia sobre a velhice, contradizendo a concepção de que esta é “simplesmente o reverso da adolescência”, estabelecendo suas particularidades e individualidades. O livro inaugurou um novo olhar sobre o envelhecimento, porém, somente nos anos 50, a pesquisa em “larga escala” é iniciada (GOLDSTEIN, 1999).

No final da década de 1950, são criados os primeiros grupos e as primeiras jornadas de estudo sobre Geriatria, enquanto que, em 1962, acontece o curso de extensão universitária sobre velhice, o pioneiro. Antes das Universidades investirem nos estudos do envelhecimento, a Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG) já exercia grande contribuição, respondendo pela formação de recursos humanos em Geriatria e pelo desenvolvimento e divulgação de conhecimentos científicos sobre o envelhecimento, desde 1961, ano da sua criação (MELO; SILVA; CACHIONI, 2015).

Entre as décadas de 1960 e 1970, tem início, no Brasil, o movimento pré-ciência gerontológica com a criação dos primeiros serviços de Geriatria, em São Paulo, Rio Grande

do Sul e Rio de Janeiro. Ainda na década de 1970, foram criadas as primeiras residências do país em Geriatria, época em que o Serviço Social do Comércio (SESC) inicia o desenvolvimento de atividades direcionadas a um público idoso específico, os seus “associados”, seguindo os mesmos moldes das Universidades do Tempo Livre, recém-criadas na França”, as quais ofereciam algum suporte social para a sua população idosa do país (MELO; SILVA; CACHIONI, 2015).

Em meados dos anos 1970, são produzidas as primeiras dissertações e teses sobre o envelhecimento, vinculadas aos cursos de pós-graduação em Psicologia, Serviço Social, Educação, Ciências Sociais, Saúde Pública e Medicina, com nítida liderança da Região Sudeste (CACHIONI; NERI, 2004).

A década de 1970 é ilustrada pela obra da autora francesa Simone de Beauvoir: “A velhice”, trazendo uma abordagem histórica, crítica e totalitária, estabelecendo o conceito¹⁰ de envelhecimento enquanto o resultado e o prolongamento do processo que completa o curso da vida humana (BEAUVOIR, 1990). Sua obra original foi publicada na França e influencia até os dias de hoje os estudos sobre o envelhecimento humano, comprometidos com a perspectiva da Totalidade Social.

Sobre a década de 1980, Goldstein (1999) destaca a primeira iniciativa na formação de especialistas *lato sensu* em envelhecimento, realizada no Brasil, no ano de 1982: o Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Nessa mesma década, vários cursos de pós-graduação *latu sensu* em Gerontologia começaram a surgir em diversos estados, reunindo como principais áreas profissionais: Serviço Social, Psicologia e Enfermagem. Além disso, grupos de estudos e pesquisas sobre velhice e envelhecimento surgem na Universidade Federal de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas, sendo esta a pioneira em ofertar Mestrado, no ano de 1997, vinculada à área da Educação.¹¹

Foi também na década de 1980, que aconteceu a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) em Viena, no ano de 1982. Com isso, foi dado grande impulso ao debate sobre o envelhecimento humano, ocupando os espaços acadêmicos e refletindo na mobilização de instituições governamentais e sociedade civil, ainda que com intervenções imediatas e pontuais.

Cachioni e Neri (2004) referem que, “A partir da década de 1990, a atenção da universidade às questões sociais e científicas da velhice tornou-se mais nítida”. Além da ampliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a produção científica é incrementada e são

¹⁰ Conceito referenciado neste estudo.

¹¹ Atualmente sua vinculação é com a área das Ciências da Saúde e Biológicas.

criadas as “Universidades da terceira idade”. Período em que a Gerontologia passa a ser considerada uma disciplina acadêmica de caráter interdisciplinar, reunindo um arsenal teórico e metodológico distinto (MELO; SILVA; CACHIONI, 2015).

Corroborando o estudo de Goldstein (1999), o qual identificou acentuado crescimento na produção científica sobre a velhice, especialmente a partir dos anos 1990, abrangendo diversos domínios disciplinares e revelando diferentes faces da velhice. As primeiras disciplinas a produzirem teses e dissertações sobre o envelhecimento, na segunda metade da década de 1970, foram as da Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, seguidas pela área da Educação e Educação Física. Em 1989, já aparecem trabalhos produzidos pela Fonoaudiologia, Comunicações e Direito; em 1994, a área da Administração, e logo depois Farmácia, Engenharia de Produção, Linguística Aplicada e História (GOLDSTEIN, 1999).

No contexto mundial, os Estados Unidos foram um dos primeiros países a investir na Educação Gerontológica. Segundo a Association for Gerontology in Higher Education (AGHE, 2000), aproximadamente seis mil estudantes concluíam anualmente os cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia, advindos de 1600 universidades e faculdades lá existentes. Em 1992, o país contava com 32 cursos de doutorado, com professores provenientes de várias disciplinas e departamentos, conformando um universo múltiplo e heterogêneo de vertentes teórico-metodológicas e demandas acadêmicas.

Enquanto isso, no Brasil, apesar das parcerias estabelecidas desde o início com os Estados Unidos, as propostas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Gerontologia começaram a ser implementadas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, em sua maioria de caráter interdisciplinar (MELO; SILVA; CACHIONI, 2015). Entre 2001 e 2004, Cachioni (2008) referiu à existência de 46 instituições brasileiras ofertantes de pós-graduação na área gerontológica, das quais apenas três universidades ofertavam a modalidade *stricto sensu*.

Neri (2008) destaca uma possibilidade de justificar a resistência prolongada das Universidades em investir no ensino e na pesquisa Gerontológica. Para a autora, há uma “confusão” de teorias, termos e conceitos oriundos da multiplicidade e da diversidade dos universos profissionais. Acrescentam, Cachioni e Neri (2004), ser frequente essa confusão entre os teóricos e estudiosos da área, em virtude do caráter multi e interdisciplinar da Gerontologia.

A pesquisa de Prado e Sayd (2006, p. 492) revela a carência de grupos de pesquisa dedicados ao envelhecimento, cujos pesquisadores não apresentam “titulação acadêmica mais elevada”. Seria uma consequência do reduzido número de programas de pós-graduação *strictu*

sensu específicos em Gerontologia. Até o ano de 2006, foram encontrados pelos autores apenas três cursos, dos quais apenas um contava com doutorado e mais três continham áreas de concentração afins. Pouco tempo depois, o estudo publicado por Melo, Silva e Cachioni (2015) apresentou a presença de nove programas *stricto sensu* em Gerontologia e denominações similares, dos quais apenas dois ofertavam o nível de doutorado.

Em 2019, a pós-graduação *stricto sensu* brasileira em Gerontologia apresenta um novo cenário, com a oferta de treze programas funcionando com mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, mas ainda em número insuficiente, com concentração nas regiões sudeste e sul e centralizados nas grandes capitais destas regiões. Os referidos programas serão apresentados nos resultados, associando-os à concepção ideopolítica neles subjacente.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender a concepção ideopolítica subjacente à pós-graduação brasileira *stricto sensu* em Gerontologia.

3.2 Objetivos específicos

- a) contextualizar a política de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil;
- b) explorar os programas de mestrado e doutorado em Gerontologia e;
- c) analisar os documentos legais que normatizam os Programas, no que diz respeito aos conteúdos ideopolíticos dos mesmos.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

A conexão entre o universo das Ciências Sociais com o das Ciências da Saúde embasa a presente dissertação, tendo em vista a complexidade com que a realidade social se apresenta, requerendo apreender os dados, interpretá-los e desmistificá-los. Este estudo tem como campo empírico o universo da Gerontologia social, é iluminado pela concepção teórico-metodológica dialética de análise da realidade social e se insere na articulação de procedimentos qualitativos. A relação existente entre teoria e realidade é dialética, esta:

[...] se expressa no fato de que a realidade informa a teoria, que por sua vez a antecede e permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica (MINAYO, 2009, p. 92).

Anterior ao início da pesquisa, para identificar as produções mais recentes sobre o tema, foi realizada em Janeiro de 2018 uma Revisão Integrativa de Literatura sobre a temática, nas principais bases de dados, por meio da busca avançada da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) utilizando como chave os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os operadores booleanos AND e OR: Educação de Pós-graduação OR Educación de posgrado OR Education, Graduate AND Gerontologia OR Envelhecimento AND Mestrado OR Doutorado OR Especialização.

Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde (IBECS), INDEX PSICOLOGIA Periódicos Técnico-Científicos, Base de Dados Bibliográficos Especializada na Área de Enfermagem do Brasil (BDENF Enfermagem), LIS localizador de informações em saúde e Coleciona SUS (Sistema Único de Saúde) apresentaram 202 artigos, sem limitação por filtros, dos quais 111 deles estavam disponíveis em formato completo.

A análise inicial dos artigos publicados contemplou: título, resumo e palavras-chaves, para identificar a presença dos referidos descritores. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram apenas seis artigos, uma vez que os demais não abordavam acerca de Educação Gerontológica. Dois estudos foram excluídos por repetição na base de dados, restando quatro artigos para serem analisados na íntegra, provenientes das bases de

dados LILACS (três artigos) e MEDLINE (um artigo), revelando com isso que pouco vem sendo produzido sobre a temática.

O **desenho do estudo** é descritivo e explicativo, constituído por Pesquisa teórica, com o suporte de pesquisa documental e de referências bibliográficas. Foram utilizadas como fontes primárias: editais de seleção, regimentos internos, ementários, referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas e informações afins. Constituem as fontes secundárias: artigos científicos, livros, pesquisas e estudos acerca do tema. Sobre as pesquisas documental e bibliográfica, existem semelhanças entre ambas, diferindo essencialmente na natureza das fontes. Para Gil (1991, p. 51):

[...] Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Integrando os recursos da pesquisa documental e das fontes bibliográficas, a Pesquisa teórica buscou uma análise crítica da realidade, através da conexão com processos históricos mais amplos, isento de neutralidade; uma vez que, pela via da concepção teórico metodológica adotada, a teoria é a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (PAULO NETTO, 2009, p. 5). Convém lembrar que, segundo Minto (2014, p. 34):

O método em Marx nada mais é do que a análise das condições concretas [...]. Método que não pode ser aplicado porque não está fora, mas é intrínseco à realidade que se torna objeto de entendimento. Sua complexidade será, portanto, proporcional à complexidade do processo real que será analisado.

Por meio da articulação da relevância acadêmica com a relevância social, este estudo pretendeu abordar o objeto de uma forma mais totalizante, mobilizando as dimensões políticas, sociais, éticas e ideológicas, com vistas a minimizar a elaboração de sínteses limitadas à aparência. Recorrendo às palavras de Lessa e Tonet (2008), conhecer a história é essencial para não perder o chão. O referencial último é sempre o processo histórico, compreendido como o movimento da totalidade social.

O delineamento da pesquisa compreende os treze programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em Gerontologia, ofertados pelas seguintes Instituições de Ensino Superior: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (Campinas – SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC (São Paulo - SP), Pontifícia Universidade Católica

do Rio Grande do Sul – PUC (Porto Alegre –RS), Universidade Católica de Brasília – UCB (Brasília – DF), Fundação Universidade de Paço Fundo – FUPF (Passo Fundo – RS), Universidade São Judas Tadeu – USJT (São Paulo – SP), Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA (Marília – SP), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Recife - PE), Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (Santa Maria – RS), Instituto Educatiehoog de ensino e pesquisa LTDA – EDUCATIE (Mogi das Cruzes – SP), Universidade de São Paulo – USP (São Paulo – SP), Universidade Federal da Paraíba – UFPB (João Pessoa – PB) e Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR (São Carlos – SP).

4.1 Método de coleta de dados

Os dados foram coletados no período entre setembro de 2017 a fevereiro de 2018, por meio de ambiente virtual, na Plataforma Sucupira/CAPES e nos sites oficiais das Instituições de Ensino Superior, ofertantes dos programas de mestrado e doutorado em Gerontologia. A Plataforma Sucupira é uma ferramenta da Capes para coletar informações, realizar análises, avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Por meio dela é possível consultar os cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, avaliados e recomendados pela Capes, com nota igual ou superior a 3, para reconhecimento ou funcionamento perante ao Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), uma condição para expedição de diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional.

A consulta aos cursos avaliados e reconhecidos pode ser feita por área de avaliação, nota ou região. Assim, escolhida a opção “por região”, foi feita uma busca exaustiva nos registros de todas as Instituições de Ensino Superior do país, para identificar qual delas ofertava programas *stricto sensu* em Gerontologia, ou com denominações similares, tais como Envelhecimento Humano, Ciências do Envelhecimento, Saúde e Envelhecimento, dentre outras. Ao todo, foram localizados treze programas, sendo um deles específico da psicologia, denominado Psicogerontologia e o programa da PUC/RS, ofertante de mestrado e de doutorado, delimita o seu enfoque para a Gerontologia Biomédica.

Para coletar as informações de maneira organizada e uniforme foi elaborado um *check list* (Apêndice A), contendo as informações a serem pesquisadas, com base em seis parâmetros de análise, para apreender se, os programas reforçam a concepção gerontológica tradicional, ou se oferecem elementos capazes de avançar criticamente, desmistificando diferenciações e desigualdades sociais, presentes na velhice e no envelhecimento humano. São estes:

1. Associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho;
2. Favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural;
3. Resgate à história da Gerontologia associada a processos sociais mais amplos;
4. Ultrapassagem do âmbito de responsabilização individual e familiar, referenciando as Políticas Públicas afirmativas de direito;
5. Presença de referências críticas da Gerontologia nas ementas das disciplinas e;
6. Posicionamento ideopolítico expresso.

Assim, cada um dos seis parâmetros contém perguntas correspondentes ao que lhe é proposto, totalizando vinte e duas perguntas. Todos os programas foram analisados individualmente para responder ao seu respectivo questionário, a partir das informações contidas nos documentos analisados, quais foram: editais de seleção, regimentos, ementários e referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas, obedecendo o mesmo padrão de buscas.

4.2 Análise de dados

A **análise dos dados** não correspondeu, *a priori*, a um determinado procedimento padronizado, tendo em vista a concepção teórico metodológica dialética de análise da realidade social adotada neste estudo. Assim, considerando os parâmetros estruturantes e as categorias que os iluminam (ideologia, totalidade social, classe social e trabalho), foi realizada uma análise expositiva e crítica das informações geradas, em coerência com os argumentos apresentados no referencial teórico.

4.3 Considerações éticas

No quesito **considerações éticas** é válido referir que não houve envolvimento de seres humanos na pesquisa, sendo todo o material utilizado na coleta de domínio público, o qual pode ser acessado integralmente, nos referidos ambientes virtuais. Convém deixar claro ainda, este estudo não tem o intuito de tecer qualquer tipo de avaliação aos programas ofertados por Instituições de Ensino Superior, credenciadas e reconhecidas nacionalmente.

4.4 Devolutiva dos dados da pesquisa

Está prevista a devolutiva dos resultados, em respeito às Instituições pesquisadas, para que, se feita alguma interpretação equivocada, isso possa ser corrigido nas futuras publicações. Para tal, a proposta é entrar em contato previamente para saber se a Instituição tem interesse em receber o material, sendo possível recebê-lo por arquivo digital ou impresso.

Entende-se que a devolutiva constitui um provável benefício às Instituições, na possibilidade destas acolherem as propostas, aqui defendidas, para a formatação dos seus programas. Além disso, a publicação deste estudo poderá contribuir para a reflexão de estudiosos e interessados na área.

4.5 Limitações metodológicas

Enquanto estudo de natureza aproximativa, realizado com o recurso de documentos disponibilizados em ambiente virtual, é possível que algumas informações estejam desatualizadas e/ou incompletas. Assim, seriam necessárias outras aproximações às quais a presente pesquisa não pôde alcançar, em virtude do limite de tempo destinado a um mestrado e da distância geográfica entre os Programas, localizados em quase todas as regiões do país.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram subdivididos em dois blocos, o primeiro apresenta de maneira geral os treze programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em Gerontologia, elencados por ordem cronológica de funcionamento. O segundo apresenta a exposição dos seis parâmetros de análise, seguidos das suas respectivas análises.

5.1 Apresentação dos programas

Para apresentar os programas, as informações contam com localização, nível, ano de funcionamento, área básica, área de avaliação, concentração do curso e conceito obtido na última avaliação da Capes, identificando assim, convergências e divergências entre cada um desses aspectos:

1. **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP):** Localizada em Campinas – SP, oferece mestrado acadêmico em Gerontologia desde 1997 e doutorado desde 2011, dispostos nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Gerontologia. Obteve conceito 5 na última avaliação Capes;
2. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP):** Localizada em São Paulo – SP, oferece mestrado acadêmico em Gerontologia desde 1997, disposto nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Gerontologia Social. Obteve conceito 3 na última avaliação Capes;
3. **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS):** Localizada em Porto Alegre – RS, oferece mestrado acadêmico em Gerontologia desde 2005 e doutorado desde 2017, dispostos nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Gerontologia e Qualidade de vida. Obteve conceito 4 na última avaliação Capes;
4. **Universidade Católica de Brasília (UCB):** Localizada em Brasília-DF, oferece mestrado acadêmico e doutorado em Gerontologia Biomédica desde 2000, dispostos nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação:

Interdisciplinar; Concentração do curso: Gerontologia Biomédica. Obteve conceito 7 na última avaliação Capes;

- 5. Fundação Universidade de Paço Fundo (FUPF):** Localizada em Passo Fundo – RS, oferece mestrado acadêmico em Envelhecimento Humano desde 2009, disposto nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Saúde e Biológicas. Obteve conceito 4 na última avaliação Capes;
- 6. Universidade São Judas Tadeu (USJT):** Localizada em São Paulo – SP, oferece mestrado acadêmico em Ciências do Envelhecimento desde 2010, disposto nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Saúde, Educação e Qualidade de Vida. Obteve conceito 3 na última avaliação Capes;
- 7. Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA):** Localizada em Marília-SP, oferece mestrado acadêmico em Saúde e Envelhecimento desde 2012, disposto nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Saúde e Envelhecimento. Obteve conceito 4 na última avaliação Capes;
- 8. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):** Localizada em Recife-PE, oferece mestrado acadêmico em Gerontologia desde 2014, disposto nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Gerontologia. Obteve conceito 3 da última avaliação Capes;
- 9. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM):** Localizada em Santa Maria – RS, oferece mestrado acadêmico em Gerontologia desde 2014, disposto nas seguintes áreas: Básica: Ciências da Saúde e Biológicas; Avaliação: Interdisciplinar; Concentração do curso: Gerontologia. Obteve conceito 3 da última avaliação Capes;
- 10. Instituto Educatiehoog de ensino e pesquisa LTDA (EDUCATIE):** Localizada em Mogi das Cruzes – SP, oferece mestrado profissional em Psicogerontologia desde 2014, disposto nas seguintes áreas: Básica: Psicologia; Avaliação: Psicologia; Concentração do curso: Psicogerontologia. Obteve conceito 3 da última avaliação Capes;
- 11. Universidade de São Paulo (USP):** Localizada em São Paulo – SP, oferece mestrado acadêmico em Gerontologia desde 2015, disposto nas seguintes áreas:

programas com nota 4: PUC/RS, FUPF, FAMEMA e UFPB; um programa com nota 5: UNICAMP e um programa com nota 7: UCB.

5.2 Aproximações à concepção ideopolítica

Diante da complexidade do objeto, a estratégia de apreensão demandou a elaboração de parâmetros capazes de nortear o percurso. Antes de ser o fim dos resultados, os parâmetros constituem o meio necessário para a proposta de aproximação à concepção ideopolítica. Cada um deles foi elaborado apontando a sua importância para os estudos da Gerontologia, sobretudo os da Gerontologia Social. As perspectivas dos parâmetros norteiam as análises dos documentos.

5.2.1 Descrição do parâmetro 1: associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho na sociedade moderna

Crescendo numericamente, os velhos se tornam objeto de estudo. As propostas aparecem pela boca da 'ciência', do Estado, dos meios de comunicação [...] Não mudando a história do trabalhador, não muda a história do menino, não muda a história do velho, não muda a história do homem (HADDAD, 2016, p. 62).

Na Gerontologia, os fatores biológicos, comportamentais e estilos de vida são amplamente estudados, tendo em vista a sua importante relação com os envelhecimentos natural e patológico. Escapa a esses eixos o processo de trabalho vivenciado pelos indivíduos até chegarem à velhice, ou ainda, as condições materiais e objetivas que lhes foram impostas durante o processo de envelhecer, sobre as quais o trabalho tem centralidade.

Os indivíduos da classe trabalhadora não contam com a possibilidade de escolha porque lhes restam unicamente a venda da sua força de trabalho para se reproduzir social e materialmente. Na velhice, essa força de trabalho gasta (não apenas pelo tempo) torna-se supérflua para o capital e só será vista como consumidora pelo mercado e como fonte de despesas para as políticas públicas, principal argumento para a redução de direitos conquistados historicamente. O coletivo destes indivíduos:

[...] durante toda a sua existência, nada mais foi que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível foi por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. [E ainda que] o capital não se importe com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir (MARX, 1996, p. 378-379).

Acreditando que os argumentos sobre a condição de classe social, enquanto condicionante para o envelhecimento, estão corretos, há que se estabelecer o seu eixo estruturante, o seu processo de trabalho, tendo em vista a maneira pela qual a sociedade capitalista antecipa a depreciação natural das capacidades laborativas e potencialidades dos indivíduos da classe trabalhadora.

A categoria marxiana trabalho é entendida enquanto ato fundante do ser social e da sociabilidade humana, se estabelece quando o homem transforma a natureza, a si e à coletividade, para satisfazer as suas necessidades humano-genéricas, possibilitando assim o desenvolvimento das suas potencialidades, das forças produtivas e da riqueza socialmente produzida, úteis à vida humana. Conforme defende Marx, esse trabalho denominado concreto, produtor de valores de uso, é insuprimível, condição necessária à existência humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1975, p. 202 apud TONET, 2012, p. 8).

Difere do trabalho abstrato, em que estranhamente o homem emprega a sua força humana, no sentido fisiológico, não mais para a satisfação das suas necessidades e sim para a criação de valor das mercadorias. De sujeito histórico, o homem se transforma em objeto dominado, explorado e alienado pelas forças da produção, pois produz a riqueza e está apartado dela. É nesse tipo de trabalho, em que se dá a exploração do homem pelo homem, que os indivíduos da classe trabalhadora estão submetidos a envelhecer, arcando com todas as consequências desse processo.

Desde a Política de Envelhecimento Ativo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005) e com o reforço da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006), a orientação geral é de que os indivíduos participem ativamente do seu processo de saúde – doença. No entanto, se essa orientação aparece atrelada à capacidade de escolha e à responsabilidade individual, as desigualdades sociais passam a ser naturalizadas, porém elas existem e são determinantes para tal.

O abismo referido por Beauvoir (1990) que separa a velhice de um Onassis e a de um antigo operário que vive de pensão é fruto das condições materiais e objetivas de vida de ambos e, sobretudo, do trabalho explorado na sociedade de classes, e isso não é natural, é fruto das relações entre capital e trabalho, produzidas e reproduzidas socialmente.

Uma vez que a articulação entre trabalho concreto e trabalho abstrato perpassa toda a existência humana, repercutindo diretamente na velhice e no envelhecimento, está aqui expressa a defesa da inclusão da categoria trabalho nos estudos sobre o envelhecimento, sobretudo considerando os prejuízos do trabalho explorado para o envelhecimento e para a saúde da população idosa.

5.2.1.1 Resultados do parâmetro 1: associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho na sociedade moderna

Para apreender essas informações, foi feita a busca pela categoria trabalho, em quaisquer das suas abordagens, na descrição do Programa, no conteúdo do edital de seleção e/ou no conteúdo das ementas e referências das disciplinas. Como resultado, foi identificado na ementa de uma disciplina ofertada no programa da USP a referência: LOPES, A.; NERI, A. L. Trabalho voluntário e envelhecimento. *In*: FREITAS, E. V.; P. Y. L. (ed.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1754 p. A mesma referência foi trabalhada pela UNICAMP também em uma das disciplinas.

A UFPE trabalhou a referência bibliográfica: NUNES, J. H.; FREITAS, R. **Trabalho e gênero, entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia, 2011. A UFSM trouxe como referência no conteúdo do edital de seleção: “**O mercado de trabalho brasileiro diante das perspectivas de envelhecimento da população**” contido no livro Brasil 2050 desafios para uma nação que envelhece. A PUC/SP trabalhou nas referências das ementas das disciplinas: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. QUEIROZ, T. A. **Com trabalho e sem salário: valorização para o idoso e ganhos para a sociedade**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998. ARAUJO, A. M. C. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

A partir das obras referidas, pode-se destacar que o programa da UFPE avançou criticamente neste parâmetro, trazendo como referência uma leitura que questiona a desigualdade de gênero protagonizada pelo trabalho exercido pelas mulheres. Da mesma forma, a PUC/SP aborda em uma de suas referências, condições de exclusão social produzidas no campo da educação e do trabalho, no capitalismo contemporâneo, afirmando que tais condições negam ou interferem na realização de direitos inalienáveis.¹² Essas abordagens

¹² Conforme consta na sinopse da obra: “A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho”, disponível no site da Editora Cortez.

apontam para uma proximidade do trabalho em sua inserção na divisão social, podendo assim ser associado enquanto um determinante do envelhecimento.

De maneira geral, percebe-se que a categoria trabalho ainda é pouco abordada pelos Programas, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica, atenta aos mecanismos de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora em seu processo de envelhecimento. À exceção das referências apontadas pela UFPE e pela PUC/SP, as abordagens aproximam-se do que vem sendo discutido pela Gerontologia tradicional, a qual, em sua maioria, estuda o trabalho enquanto um aliado à longevidade.

Sobre essa questão, Teixeira (2018) convida a refletir que o envelhecimento constitui um problema social, principalmente para as classes destituídas da riqueza socialmente produzida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista, que engendram desigualdades, vulnerabilidade social em massa, degradações, desvalorizações e pseudovalorizações para a classe trabalhadora, especialmente com o avanço da idade cronológica e com o desgaste da força de trabalho explorado.

5.2.2 Descrição do parâmetro 2: favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural

A ciência do envelhecimento possui três ramificações, sendo a Gerontologia Social¹³ a que estuda os aspectos não orgânicos do envelhecimento, focando, sobretudo as dimensões psicossociais, legais e éticas; Gerontologia biomédica estuda os aspectos orgânicos, moleculares e as células; e Geriatria, a especialidade médica que estuda os aspectos curativos das doenças, fazendo interface com as demais especialidades da medicina (PAPALÉO NETTO, 2006).

Assim, a Gerontologia tem por objetivo tratar dos aspectos biológicos, sociais, psíquicos, legais, éticos e promover pesquisas que possam esclarecer os fatores envolvidos na sua gênese. É uma disciplina interdisciplinar que estuda: as pessoas velhas, enquanto sujeitos envelhecendo; a velhice, como a última fase do ciclo da vida humana; e os múltiplos processos do envelhecimento humano, com as suas consequências, exercendo contribuição na assistência à saúde, no ensino e na pesquisa (PAPALÉO NETTO, 2006).

Enquanto área do conhecimento científico voltada para o estudo do envelhecimento humano em sua perspectiva mais ampla, é de fundamental importância a contribuição de

¹³ Inserida no campo da Gerontologia Social, existe a proposta da Gerontologia Social Crítica, devidamente defendida em Campelo e Paiva (2014).

todas as disciplinas abarcadas pela Gerontologia, de maneira que seja possível traspôr o campo predominantemente biológico, contemplando as demais esferas da multidisciplinaridade. Dessa maneira, torna-se possível compreender, desnaturalizar e intervir nos diferentes padrões de envelhecimento, produzidos socialmente. Ao que tudo indica, isso se coloca como um desafio.

A expressão “aspectos biopsicossociais do envelhecimento”, abordada com recorrência nos estudos brasileiros, ainda aparece predominantemente respaldada pelo campo biológico, revelando a inexpressividade da contribuição das demais disciplinas, até mesmo em termos conceituais. Conforme constataram Prado e Sayd (2006), na busca pela identificação do conceito de envelhecimento, na literatura nacional, este é encontrado quase que exclusivamente em termos biológicos.

Pertencente ao universo multi/interdisciplinar da Gerontologia, o Serviço Social¹⁴ foi uma das primeiras disciplinas a desenvolverem estudos sobre o envelhecimento humano. A profissão é iluminada por um Projeto Ético-Político que tem como diretriz: [...] “a emancipação humana, o campo da liberdade, no qual a determinação central encontra-se numa perspectiva de sociedade sem exploração, em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (GUERRA, 2012, p. 19).

Em tese, é esperado dessa categoria profissional a produção do conhecimento funcional e comprometida com os interesses da velhice da classe trabalhadora, mas tais interesses seriam exclusividade dessa profissão? Minimamente, isso implica apreender criticamente o objeto, partindo da forma aparente com que são produzidos os fenômenos sociais, em direção à sua essência, através das mediações. Esse seria o ponto de partida para contribuições e intervenções efetivamente coerentes com o Projeto Ético-Político do Serviço Social ou com outros projetos profissionais que tenham essa afinidade.

Ainda do ponto de vista da Gerontologia social, uma contribuição essencial advém da produção de conhecimento da assistente social, gerontóloga e sanitarista, Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, na afirmação da velhice enquanto uma produção social. Segundo a autora:

[...] para além dos aspectos biológicos de demarcação cronológica e da amplitude populacional, há de se considerar as relações sociais como condicionantes no processo de envelhecimento humano, o qual será diferenciado e desigual entre indivíduos e populações, sistema este definido por Marx (2011, p. 60) enquanto potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Ou seja, no âmbito das sociedades de modo de produção capitalista, a velhice é também uma produção social (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 34).

¹⁴ Formação acadêmica da pesquisadora.

Continua esclarecendo que essa explicação não diverge, a priori, do enfoque da Geriatria, ao apontar múltiplas determinações ao processo de envelhecimento. A diferença consiste na compreensão de que as relações sociais, isto é, suas estruturas de classe, condicionam a velhice na sociedade moderna, sobrepondo-se aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano, não sendo este um processo meramente natural (CAMPELO E PAIVA, 2014).

De maneira geral, é possível que essa compreensão esteja em processo de desenvolvimento e avanço, sobretudo dentro do campo da Gerontologia social, uma vez que a Gerontologia adentra no meio acadêmico brasileiro tardiamente e é formada por construções teóricas heterogêneas. Como ciência e como profissão, vem se fortalecendo por intermédio da Educação Gerontológica, tendo como desafio a égide deste ideário conservador e da sua tendência ideologizante em naturalizar as desigualdades sociais. Além disso, ainda existem, segundo Cachioni (2008), muitas controvérsias a respeito desse novo campo, que recebe diferentes qualificações nos países latinos e anglo-saxões.

Tende a avançar em profundidade e extensão, enquanto um “campo científico emergente”, com necessidade da existência interdisciplinar. Requer da sua abordagem teórico-metodológica “colocar em relação conhecimentos dispersos em campos disciplinares diversos”, estabelecendo uma maior comunicação entre as Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Psicanálise, Literatura, Filosofia, entre outras (GONÇALVES, 2007). Conforme Papaléo Netto (2006, p. 74):

Conseguiremos avançar em gerontologia quando grupos de investigadores se organizarem para estudar a velhice e o envelhecimento de modo interativo, de forma que o conhecimento global gerado não seja igual à soma das partes, mas fruto da integração de métodos, termos e teorias, criando explicações novas e mais satisfatórias do que as disponíveis nas disciplinas isoladas. Essas ações e o seu produto caracterizam a interdisciplinaridade. Para construí-la, no entanto, é necessário que exista uma sólida base de ensino e pesquisa sobre o envelhecimento nas disciplinas específicas e, além disso, estímulo à tolerância e à integração de pesquisadores e de profissionais de assistência de vários campos.

Assim como defendido pelo autor, é evidente a importância da contribuição de todas as disciplinas integrantes da Gerontologia numa perspectiva multi/interdisciplinar. Acrescente-se aí a necessidade, sobretudo do universo da Gerontologia social, a proposição de estudos e pesquisas que permitam: descortinar as diferenciações de velhice e as desigualdades sociais; questionar os dados, principalmente quando estes são tendenciosos para a redução de direitos; e desnaturalizar a velhice enquanto sinônimo de problema social.

5.2.2.1 Resultados do parâmetro 2: favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural

A análise desse parâmetro teve como estratégia identificar se os programas: a) ofereciam linhas de pesquisa que não fossem exclusivamente voltadas às ciências da saúde e biológicas e b) contavam com a presença de outras disciplinas, além das pertencentes ao âmbito exclusivo da área da saúde, no quadro de docentes. No primeiro aspecto, foi identificada a presença de linhas de pesquisa que ultrapassam a dimensão biológica em quase todos os programas, à exceção do programa ofertado pela EDUCATIE, com enfoque específico na saúde e na psicologia. As linhas de pesquisa dos programas estão assim dispostas:

USP: “Gestão gerontológica”, “Processos educativos no envelhecimento” e “Saúde, envelhecimento e doenças crônicas”.

PUC/SP: “Gerontologia: Teorias e métodos” e “Gerontologia: Processos político-institucionais e práticas sociais”.

UNICAMP: “Saúde e qualidade de vida na velhice”, “Velhice bem-sucedida, personalidade e sociedade” e “Envelhecimento e doenças crônicas”.

FUPF: “Aspectos culturais e educacionais do envelhecimento humano” e “Aspectos biológicos e psicossociais do envelhecimento humano”.

FAMEMA: “Gestão e educação em saúde com ênfase nos métodos ativos de ensino-aprendizagem”, “Organização morfofuncional e homeostasia nas diferentes fases do ciclo da vida” e “Aspectos biológicos, epidemiológicos e sociais relacionados ao envelhecimento”.

UFMS: “Sociedade, envelhecimento e saúde do idoso”.

USJT: “Aspectos biológicos e funcionais do envelhecimento” e “Aspectos educacionais, psicológicos e socioculturais do envelhecimento”.

UCB: “Aspectos físicos, biológicos, epidemiológicos e tecnológicos do envelhecimento” e “Aspectos psicossocioculturais e artísticos relacionados ao envelhecimento”.

UFPE: “Envelhecimento e Saúde” e “Envelhecimento, cultura e sociedade”.

UFSCAR: “Saúde, biologia e envelhecimento” e “Gestão, tecnologia e inovação em gerontologia”.

UFPB: “Envelhecimento e tecnologias inovadoras para o cuidado à pessoa idosa” e “Políticas e práticas na atenção à saúde e envelhecimento”.

PUC/RS: “Aspectos biológicos no envelhecimento”, “Aspectos socioculturais, demográficos e bioéticos no envelhecimento”, “Aspectos clínicos e emocionais no envelhecimento” e “Envelhecimento e saúde pública”.

EDUCATIE: “Envelhecimento e Saúde” e “Inovação e intervenção em psicogerontologia”.

Com relação às disciplinas presentes no corpo docente, foi possível constatar a proposta da multidisciplinaridade na maioria dos programas, apresentando que não são exclusivas da área da saúde. No entanto, nos programas da FAMEMA e da UFSM só foram identificadas disciplinas da saúde, enquanto que na USJT e na UNICAMP seria o mesmo resultado, não fosse pelo acréscimo de matemática e estatística, constando nos seus respectivos quadros docentes. De maneira geral, foi possível identificar:

UFSM: Nutrição (4), Educação Física (6), Ciências Biológicas, Medicina (2), Fisioterapia (3), Enfermagem (2) e Terapia Ocupacional;

PUC/RS: Medicina (7), Física, Ciências Biológicas (5), Psicologia (2), Enfermagem, Educação Física, Serviço Social, Fisioterapia, Farmácia, Fonoaudiologia;

FUPF: Matemática, Informática, Nutrição, Farmácia, Ciências econômicas, Odontologia, História, Psicologia (2), Enfermagem (3), Fisioterapia e Filosofia;

USJT: Nutrição (3), Educação física (5), Fisioterapia (3), Psicologia (3), Biomedicina, Medicina, Matemática;

UFSCAR: Enfermagem (3), Educação Física (2), Fisioterapia (5), Farmácia, Ciências Biológicas, Medicina, Engenharia química, Ciências econômicas, Direito (2), Serviço Social, Tecnologia Em Processamento de Dados, Ciência da Computação, Terapia Ocupacional e Ciências sociais;

USP: Enfermagem (2), Ciências Jurídicas e Sociais, Arquitetura, Serviço Social, Ciências Sociais, Psicologia (5), Farmácia, Educação Física (2), Ciências Biológicas (2), Fisioterapia;

UNICAMP: Ciências farmacêuticas com habilitação em bioquímica, Fisioterapia (2), Nutrição, Fonoaudiologia (2), Educação Física, Enfermagem, Odontologia, Psicologia (5), Medicina (6) e Estatística;

UFPE: Nutrição (3), Medicina (3), Enfermagem (2), Odontologia (4), Educação Física, Serviço Social, Ciências Sociais e Comunicação visual, Fisioterapia, Fonoaudiologia (2);

UFPB: Enfermagem (10), Odontologia (3), Medicina (2), Farmácia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Direito, Educação Física e Administração de empresas;

UCB: Odontologia, Medicina (2), Nutrição, Educação Física (2), Fisioterapia (2), Gerontologia, Psicologia, Enfermagem, Filosofia;

PUC/SP: Jornalismo, Ciências Sociais (3), Fisioterapia, Psicologia (2), Letras, Direito, Pedagogia, Medicina, Filosofia, Fonoaudiologia;

FAMEMA: Farmácia e Bioquímica (2), Enfermagem (3), Medicina (5), Biomedicina, Farmácia, Ciências Biológicas (4) e Psicologia;

EDUCATIE: Psicologia (5), Letras (2), Educação Física, Enfermagem, Ciências Biológicas.

Os resultados deste parâmetro deixam nítida a liderança do campo biológico nas linhas de pesquisa, presente em todos os programas, e, principalmente no quadro de docentes, o que remete ao surgimento dos grupos de pesquisa nas Universidades sobre o envelhecimento, protagonizados por integrantes da área da saúde. Apesar de algumas participações fora deste âmbito exclusivo, a sua predominância é bastante perceptível, seja pela diversidade de disciplinas da saúde, seja pela quantidade de docentes destas, podendo comprometer assim o desenvolvimento da gerontologia social e a apreensão do envelhecimento para além de um dado natural.

Segundo Papaléo Netto (2006), uma vez que as questões biológicas estão imbricadas com as relações sociais e com expressões emocionais, valores culturais e recursos ambientais, as questões que envolvem a saúde da pessoa idosa, dentre elas os estudos da Gerontologia, não podem ser abrangidas por uma única disciplina (ou grande área).

5.2.3 Descrição do parâmetro 3: resgate da história de Gerontologia associada a processos sociais mais amplos

O aumento da população envelhecida e a longevidade justificam a existência de uma disciplina que estuda a velhice e o envelhecimento humano particulares em diferentes sociedades e períodos históricos. Para Papaléo Netto (2006), a preocupação com o envelhecimento e a velhice que existe desde a origem da humanidade, na contemporaneidade se estabelece em torno da incapacidade funcional associada ao envelhecimento.

É que desde os anos 1960, período de expansão do capital, países periféricos como o Brasil apresentaram um acelerado crescimento da população de velhos, e com eles emergiram múltiplos problemas decorrentes desse processo, afinal, o motor da sociedade é a mercadoria força de trabalho que precisa estar “funcional” para a reprodução capitalista. Essa dinâmica societária passou a requerer respostas, soluções, de diversos setores para resolver os problemas da velhice e para a manutenção dos padrões de exploração da força de trabalho.

Até a década de 1970, a produção teórica sobre a velhice no país era tímida e parte dela estava comprometida com a manutenção do *status quo* (HADDAD, 2016), mascarando as contradições e desigualdades entre as velhices existentes; tratava-se de uma visão homogeneizadora da velhice e do envelhecimento das populações.

Nesse sentido, Debert (2004) esclarece que a perspectiva que funda a Gerontologia e a que orientou os primeiros estudos na área estão embasados na velhice enquanto uma experiência homogênea, o que só foi revisto depois dos anos 1970, com a problematização das questões relacionadas com as diferenças de classe social, etnia e gênero.

O campo da medicina foi o pioneiro nas discussões, tratando o envelhecimento orgânico enquanto um desgaste fisiológico. Eram propostas medidas de higiene corporal e suas influências para o adiamento do envelhecimento. Em seguida, no curso dos anos 1980, com as lutas por melhorias nas condições de vida da população, dentre elas as políticas de aposentadoria, emergem a problemática econômica e financeira, baseada na demografia, impondo-se ao campo político – administrativo. Com isso, estão postos os problemas trazidos pelo aumento da população idosa, em contraponto à diminuição das taxas de natalidade (DEBERT, 2007).

Uma vez que as velhices não constituem um todo homogêneo, não são todas elas sinônimo de problema social. Para além do determinismo biológico, escolha pessoal, ou estilo de vida, a etnia, raça/cor, gênero, geração e classe social particularizam a maneira com que os indivíduos chegarão na velhice e sobreviverão nela, sendo a classe social um dos principais condicionantes do envelhecimento, considerando a divisão entre exploradores e explorados nas relações capitalistas de produção.

Essencialmente, há uma divisão entre os que possuem os meios de produção e se utilizam da riqueza socialmente produzida (burguesia)¹⁵ e os que contam unicamente com a sua força de trabalho para se reproduzir social e materialmente, sujeitos historicamente apartados da riqueza social. Estes integram a classe trabalhadora e os seus segmentos de classe, são os que representam o problema social, ou, como Haddad (2016) refere, são os protagonistas da tragédia da velhice.

O que antes dos anos 1960 estava restrito ao âmbito privado e individual/familiar de responsabilidades, ou, no limite, recebia intervenções pontuais e descontinuadas de instituições religiosas e filantrópicas, chega à arena pública pressionado por lutas sociais. Essa realidade impõe ao saber científico o tratamento de diversas dimensões para além do

¹⁵“O objetivo fundamental da classe burguesa, quer ela tenha consciência ou não, é a apropriação privada da riqueza e, portanto, a exploração da classe trabalhadora” (TONET, 2012, p. 4).

envelhecimento fisiológico e do prolongamento da vida, têm-se o custo com o financiamento das políticas sociais e os impactos do desequilíbrio demográfico.

Dessa maneira, as políticas sociais foram fundamentais para o alcance da longevidade brasileira, pois possibilitaram a existência de patamares mínimos de reprodução social para grandes parcelas da população, ou seja, para os indivíduos da classe trabalhadora, mais dependentes de bens e serviços públicos e sem disporem de meios para consumir no mercado privado.

Em termos conjunturais, conforme referem Keller e Peruzzo (2017), o sistema capitalista é o determinante que faz com que a difusão das questões relacionadas à população idosa ultrapasse as características biológicas e demográficas, requisitando o desvelamento dos aspectos econômico-sociais e apontando os fundamentos teórico-políticos que possibilitaram a construção de um saber científico sobre a velhice.

Desse modo, justificadas quase que exclusivamente por argumentos demográficos e epidemiológicos (BEAUVOIR, 1990), as questões da velhice e do envelhecimento ingressam no mundo acadêmico no final da década de 1990, constituindo objeto de estudo de diversas disciplinas, lideradas pela área da saúde, mas abarcadas pelas demais, que conversam com os três ramos da Gerontologia (social, biomédica e geriatria), configurando o seu caráter interdisciplinar. Porém, “a base comum que sustenta as pesquisas nesse campo está fincada no modo de produção capitalista, que é o elemento definidor da necessidade de criação de especialidades sobre a velhice” (KELLER; PERUZZO, 2017, p. 4).

5.2.3.1 Resultados do parâmetro 3: resgate da história de Gerontologia associada a processos sociais mais amplos

Debert (1992 apud TEIXEIRA 2018) apontou três tendências contraditórias sobre o envelhecimento, identificadas nos seus estudos empreendidos na Europa e nos Estados Unidos, revelando heterogeneidades nos discursos da Gerontologia social:

[...] a primeira considera a etnicidade um fator que daria formas específicas às experiências de envelhecimento nas sociedades ocidentais. A segunda privilegia o diferencial de renda em detrimento das diferenças étnicas e de idade cronológica. E, na terceira tendência, a velhice é considerada um problema enquanto tal, capaz de sobrepor-se às diferenças socioeconômicas e étnicas, homogeneizando as experiências de envelhecimento. Sendo esta última tese aquela que fundou a Gerontologia como campo específico de estudo, e ainda atual nas pesquisas mais recentes (TEIXEIRA, 2018, p. 176).

Considerando essas tendências e a importância de outros estudos desmistificadores da homogeneidade do envelhecimento, os dados colhidos para compor esse parâmetro atenderam à seguinte estratégia de compreensão: a) contextualiza o envelhecimento mundial considerando a presença de países que não vivenciam a longevidade. b) considera a heterogeneidade/individualidade do envelhecimento. c) considera diferenciações de classe, gênero, etnia e geração no envelhecimento. d) aborda os aspectos biopsicossociais do envelhecimento. e) termos mais utilizados (velho, velhice, envelhecimento, idoso, pessoa idosa, terceira idade ou outros). f) para que o Programa foi criado. g) objetivo do curso. i) aborda a história da Gerontologia.

A consideração da presença de **países que não vivenciam a longevidade**, como alguns do continente Africano (Serra Leoa, República do Congo e Suazilândia), não foi identificada em nenhum programa. Embora nem todos os programas apresentem essa redação, os que a fizeram, seja na apresentação do programa (site), no edital de seleção ou no regimento interno, contextualizaram o envelhecimento enquanto um fenômeno mundial, sem atentar para essa questão.

Sobre a **heterogeneidade/individualidade do envelhecimento** foi possível identificar nos documentos dos programas da UFPE e da USP. **As diferenciações de classe, gênero, geração e etnia** foram referidas pelos programas da USP (gênero), UFSM (gênero), UFPE (gênero) e USJT (gênero e classe). Abordaram os **aspectos biopsicossociais do envelhecimento** os programas da FUPF, UFPE, PUC/RS, USJT, UFSM, FAMEMA. Os da USP e PUC/SP utilizaram a expressão biopsicosocioculturais.

Os termos mais usados pelos programas foram “**idoso**” e “**envelhecimento**”, seguido por “**velhice**”. O termo “**velho**” apareceu apenas no programa da EDUCATIE, da PUC/SP e da UFPE. Pessoa idosa, termo defendido pelo respeito à linguagem de gênero apareceu nos programas da UFPE e da UCB. Enquanto que “**Terceira idade**”, expressão que surge na França para negação da velhice de alguns segmentos da classe burguesa, aparece nos programas oferecidos pela UCB, UFSM, FAMEMA e EDUCATIE.

Em diversos programas foi possível identificar **para que foram criados**: “Transformar o envelhecimento em objeto do saber científico” – FUPF; “Formação da massa crítica voltada ao cuidado do idoso e de profissionais multiplicadores destes conhecimentos” – FAMEMA; “Se debruçar sobre problemas concretos enfrentados pelos idosos” – UFSM; “Contribuir para fomentação da pesquisa voltada ao estudo do envelhecimento e na qualificação dos recursos humanos” – UFPE; “Suprir a falta de profissionais especialmente habilitados para atuação junto ao segmento idoso” – UCB; “Preparar e educar a sociedade

para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional e, ainda, para promover o envelhecimento bem-sucedido” – USP; “Formação de mestres e doutores com reconhecida habilidade e competência interdisciplinar em gerontologia biomédica” – PUC/RS; “Proporcionar o desenvolvimento e inovação, proporcionando suporte aos cuidados em enfermagem e saúde da região norte-nordeste do Brasil” – UFPB.

Percorrendo um pouco da história desses programas, foi possível saber que os primeiros programas de mestrado em nível *stricto sensu* credenciados em Universidades Públicas Federais foram os da UFSM e o da UFPE, ambos em 2014, uma vez que os anteriores eram ofertados por instituições estaduais ou privadas.¹⁶

No que se refere aos **objetivos dos cursos**, a maioria deixou explícito como sendo a formação de pesquisadores na área da Gerontologia sob enfoque interdisciplinar (UFPE, UNICAMP, PUC/RS, UDSM, FAMEMA, FUPF, USJT, UCB). A UFSCAR referiu a “Formação de recursos humanos para atuar no ensino superior, na pesquisa e para o mercado de trabalho”; a UFPB: “Formar profissionais qualificados na área da gerontologia, visando a atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho”; a PUC/SP: “Formação para investigação acadêmica e/ou atuação profissional”, a EDUCATIE: “Qualificar profissionais a usar e criar metodologias e técnicas que permitam e favoreçam a intervenção no campo psicogerontológico” e na USP não foi possível identificar.

A busca pelo **desafio** pontuado pelos programas identificou: “O grande desafio do Programa será qualificar suas ações com a perspectiva de obtenção junto a CAPES do credenciamento do curso em nível de doutorado” – UFSM. A FAMEMA pontuou: “O cuidado com a saúde no envelhecer é um grande desafio para a sociedade moderna, sobretudo nos países onde a pirâmide etária está se invertendo”. E a PUC/SP referiu como desafio “analisar criticamente de que modo, do ponto de vista macroestrutural, recursos de toda natureza são alocados para dar suporte ao envelhecimento populacional, considerando o modo como os indivíduos se posicionam nos diferentes contextos e frente a eles”.

Sobre da **história da Gerontologia**, foi observado que boa parte dos programas optou por trazê-la pela via do conteúdo do Tratado de Geriatria e Gerontologia, seja no edital de seleção e/ou nas ementas das disciplinas. São eles: FAMEMA, UFSM, UCB, UFPE, UFSCAR e EDUCATIE. Outras referências foram citadas na abordagem histórica, centradas, também na Gerontologia tradicional: FUPF: (AZEVEDO, A. L. **Velhice e seus processos sócio-históricos**. Lisboa: Argumento, 2001. BENETTI, I. C.; FAGUNDES, M. M.;

¹⁶ Informação obtida no site do programa da UFSM.

ZANELLA, M. **Construção sócio-histórica do idoso cidadão**. Rev. Caminhos, on-line, Dossiê Humanidades”, Rio do Sul, ano 2, n. 1, p. 213-228, jan./mar. 2011) e PUC/SP (ALBA, V. **Análise do processo classificatório cronológico utilizados pelas sociedades e pela história, enfocando a teoria e prática**. História social de la Vejez. Barcelona: Laertes, 1992).

Mediante os resultados, é perceptível que alguns esforços vêm sendo empreendidos para ampliar o universo de discussão da Gerontologia, abordá-la em sua perspectiva multi/interdisciplinar e estudá-la enquanto uma experiência heterogênea. Porém, as marcas do neoliberalismo fazem-se notar quando alguns cursos têm como objetivo uma articulação com o mercado. O toque sutil do conservadorismo se revela na projeção de que a preparação, pela via da educação, poderá, por si só, enfrentar desafios que são estruturais e que condicionam o envelhecimento mal sucedido. A prevalência desses avanços parece estar, portanto, ancorada na perspectiva da Gerontologia tradicional, requerendo o fortalecimento dos eixos críticos de análise.

5.2.4 Exposição do parâmetro 4: ultrapassagem do âmbito da responsabilidade individual e familiar, referenciando as políticas públicas afirmativas de direito

As questões relativas ao envelhecimento ultrapassam o âmbito privado/familiar de responsabilidades e começam a ingressar na agenda pública desde a década de 1960, direcionando ao Estado atribuições no atendimento às demandas das pessoas com 60 anos ou mais. Segundo Campos e Teixeira (2010), o Brasil está situado no conjunto dos países da América Latina com maior proteção estatal, juntamente com Costa Rica, México, Panamá e Uruguai. Porém, essa proteção está vinculada aos indivíduos que participam do mercado de trabalho formal, contrastando com a conjuntura do desemprego estrutural, crise do emprego formal e precarização do trabalho.

Desde a década de 1970, há a evidência da “crise do Estado de bem-estar social” provocada pelas transformações no mundo capitalista, sobretudo no Brasil, onde o estado de bem-estar social não foi plenamente efetivado. Tais transformações são refletidas na minimização do Estado, ampliação do mercado e revigoramento do papel protetivo da família e da sociedade civil.

Ancorado no conceito de família, enquanto unidade protetora e provedora de serviços protagonizados pelo trabalho (doméstico) da mulher, esse processo ganhou mais força a partir dos anos 2000, com o avanço do neoliberalismo, imprimindo às famílias centralidade na

proteção social dos seus membros. Atualmente, apresenta-se enquanto uma tendência ideológica delegar à unidade familiar a solução para a racionalidade do modelo global, reprivatizando atividades do passado, tornadas públicas desde a década de 60 (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010).

Os longos anos da população brasileira, refletidos na atual expectativa de vida em torno dos 75 anos, trazem diferentes impactos para o segmento idoso e suas famílias. Vida longa nem sempre é sinônimo de viver livre de comorbidades, independente. E as demandas do envelhecimento impactam diretamente suas famílias, mesmo diante do aporte de legislações, bens e serviços, destinados ao público idoso, cada vez menos universais.

Responsabilizar e culpabilizar a pessoa idosa e a sua família pelos problemas decorrentes do seu envelhecimento, tendência ideologizante conservadora, naturaliza esse processo dando a entender que faltou iniciativa, cuidado e esforço por parte de quem está nessa condição. Ou seja, é um tipo de leitura limitada à aparência do fenômeno que tem como consequência a sobrecarga do conjunto familiar.

Ao sair desse imediatismo, tecendo mediações mais amplas ao encontro do particular e do universal, será possível perceber a repetição desse contexto em determinados grupos de classe ou segmentos, constituindo expressões da questão social, fenômeno mais amplo produzido nesta sociedade. Sobre essas expressões, em momentos históricos anteriores, indivíduos da classe trabalhadora de maneira organizada e mobilizada se uniram para denunciar injustiças sociais, reivindicar direitos e respostas institucionalizadas para as refrações do fenômeno em curso.

Como resposta, o Estado se utiliza das Políticas Sociais, reguladas pela legislação vigente. Muitas críticas podem ser feitas sobre os processos de contrarreforma do Estado e do caráter residual e focalizado da abrangência das Políticas Sociais, as quais, cada vez menos, estão garantindo direitos. No entanto, sem a afirmação do espaço público demarcado pelas Políticas Sociais e pela legislação, só resta o reforço da responsabilidade individual e familiar, que é a negação do direito e a (re)vitimização da classe trabalhadora. Para Teixeira (2008, p. 115):

Os problemas sociais, dentre esses, o do envelhecimento do trabalhador, como responsabilidade individual, são resultantes dos seguintes processos imediatos: (a) influência do pensamento conservador no interior das disciplinas científicas, nas quais emergem as análises e as propostas de intervenção social; (b) as novas funções do Estado ou novo modelo de regulação social, que tem reduzido suas funções na reprodução social do conjunto da classe trabalhadora, restringindo sua ação e dividindo a responsabilidade no trato da questão social com a sociedade civil, ou seja, mercado, organizações não governamentais e a família, vizinhança,

comunidade, como instâncias de proteção social; (c) a expansão do consumo, agora diferenciado e para as populações portadoras de renda, atingindo os diversos tempos do trabalhador, inclusive o seu tempo livre, principalmente, dos idosos com tempo disponível para consumo, mas que, para isso, foi necessário desfazer todos os obstáculos que o impediam de ser um consumidor em potencial, criar novos valores e comportamentos, e difundir uma cultura autopreservacionista e individualista na busca do bem-estar.

Para a afirmação do espaço público enquanto viabilizador de direitos, a Política de Seguridade Social é basilar, em virtude de ser a maior expressão da proteção social brasileira. Instituída na Constituição de 1988, prevê o tripé composto pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, estabelecendo respectivamente a saúde enquanto um direito universal; a previdência social para o direito à aposentadoria e a outras coberturas, mediante prévia contribuição; e a assistência social para aqueles que dela necessitarem, via oferta de serviços e benefícios sociais.

No que se refere à Legislação vigente, específica ao segmento idoso, a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) que também criou o Conselho Nacional do Idoso, tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, com vistas a criar as condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Estabelece competências dos órgãos e entidades públicas nas áreas da assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte e lazer.

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) é destinado a regular os direitos assegurados a todas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Além dos direitos, estabelece medidas específicas de proteção, políticas de atendimento ao idoso, fiscalização das entidades de atendimento, previsão dos crimes praticados contra a pessoa idosa e medidas de responsabilização e punição para instituições que descumprirem as determinações da lei.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006) resulta da revisão e atualização do conteúdo constante da Portaria nº 1.395/GM, de 10 de dezembro de 1999, considerando a necessidade de que o setor saúde disponha de uma política atualizada, relacionada à saúde do idoso. Inova, estabelecendo o conceito de envelhecimento saudável e ativo¹⁷, consoante com a World Health Organization (2005), e apresenta como diretrizes: a) promoção do envelhecimento ativo e saudável; b) atenção integral, integrada à saúde da pessoa idosa; c) estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção; d) provimento de recursos capazes de assegurar qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa; e) estímulo à participação e fortalecimento do controle social; f) formação e educação

¹⁷ Embora inovador, o conceito de envelhecimento ativo não prevê a heterogeneidade do envelhecimento e as questões estruturais da desigualdade social.

permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da pessoa idosa; g) divulgação e informação sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS; h) promoção de cooperação nacional e internacional das experiências na atenção à saúde da pessoa idosa; e i) apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Sabe-se que, mesmo com toda essa legislação, não é certa nem está garantida a concretização dos direitos previstos para as pessoas idosas; no entanto, o acesso aos direitos e às políticas sociais se realizam na tensão entre distintos projetos societários, entre avanços e recuos. Conhecer e referenciar toda a legislação é a ponte necessária para exercer o controle social e para a afirmação do espaço público enquanto indutor de políticas sociais e provedor da proteção social, tão cara para as gerações que lutaram em períodos anteriores e continuam lutando, frente à constante e cada vez mais eminente ameaça de retrocessos para os direitos da classe trabalhadora.

5.2.4.1 Resultados e discussão do parâmetro 4: ultrapassagem do âmbito da responsabilidade individual e familiar, referenciando as políticas públicas afirmativas de direito

Neste item, a estratégia de apreensão utilizada foi identificar no edital de seleção, no regimento do programa, nas ementas e/o umas referências das disciplinas a presença da a) seguridade social brasileira e b) legislação destinada ao segmento idoso, qual seja: Política Nacional do Idoso; Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Sobre a presença da Seguridade Social, foi identificada a abordagem em três ementas de disciplinas do programa da **UCB**; bem como no regimento interno da **PUC/SP**.

Em relação à Legislação específica do segmento idoso, foi interessante notar que apenas um programa apresentou as três leis nos documentos pesquisados (**EDUCATIE**). Vários programas referenciaram publicações ligadas à Legislação, no entanto o critério principal foi a presença da lei original.

Assim, consta no programada **UCB**: Estatuto do Idoso; **PUC/SP**: Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso e outras referências afins; **USP**: Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso e outras referências afins; **FUPF**: Estatuto do idoso e outras referências afins; **UFPE**: Política Nacional do Idoso, Estatuto do idoso e outras referências afins; **UFSCAR**: Política Nacional do Idoso e Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; **EDUCATIE**: Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Saúde da

Pessoa Idosa e outras referências afins; **UFPB**: Política Nacional do Idoso e outras referências afins; **UNICAMP**: Apenas referências afins; **USJT**: Política Nacional do Idoso; **UFSM**: Estatuto do Idoso e outras referências afins; **FAMEMA**: Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso e outras referências afins.

Apesar de nenhum dos programas apresentar a proposta completa da legislação vigente, os resultados indicam o empenho de todos eles em socializar o conteúdo de ao menos uma das leis, o que sinaliza uma atenção aos direitos do segmento idoso. Porém, a conjuntura atual e suas propostas conservadoras de graves retrocessos de cunho social requerem vigilância e empenho daqueles que defendem os interesses da maioria da população, ou seja, da classe trabalhadora. E isso não é possível sem a demarcação do espaço público enquanto indutor de direitos, para o qual se torna imprescindível o conhecimento e a ampla divulgação do conteúdo de cada uma dessas leis, bem como do contexto histórico e de luta que lhes tornaram possível.

5.2.5 Exposição do parâmetro 5: as ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento (?)

São considerados críticos os estudos que denunciam as desigualdades sociais, desnaturalizam a velhice do trabalhador, enquanto um problema social e questionam os padrões de exploração mantenedores desta ordem societária. Tendo plena consciência dos limites deste estudo aproximativo, foram selecionadas autoras, reconhecidas nacionalmente pela sua contribuição no campo da Gerontologia social, atendendo a essa perspectiva crítica. Convém, neste momento, apresentá-las sucintamente, sem a menor pretensão de limitá-las, e justificar a importância da sua produção de conhecimento para a Gerontologia.

Simone de Beauvoir foi escritora, filósofa, intelectual, ativista e professora. Dentre as suas diversas obras relacionadas com a filosofia, a política e a sociologia, “A velhice” teve sua primeira versão em francês, no ano de 1970, a obra aqui consultada está em Beauvoir (1990). É considerada uma das primeiras referências para os estudos sobre o envelhecimento numa perspectiva crítica, que vem desmistificar as contradições da velhice, em diferentes sociedades, a partir de diferentes olhares: sociedade, idosos, família, filósofos e literários, denunciando a marginalização sofrida principalmente pelos idosos pobres.

Eneida Gonçalves de Macêdo Haddad é cientista social, doutora em sociologia, tendo como principais linhas de pesquisa os direitos humanos, velhice, previdência social, políticas públicas e acesso à justiça. Suas obras de maior expressão são: “O direito à velhice: os

aposentados e a previdência social” (HADDAD, 1993) e “A ideologia da velhice” (HADDAD, 2016) na sua segunda edição. O primeiro livro aborda a história da previdência social no Brasil, os tropeços e avanços do Movimento de Aposentados e Pensionistas, no período histórico do final da década de 70, quando a miséria era a realidade da grande maioria dos aposentados. Estavam efervescentes os embates pelo cumprimento dos direitos constitucionais, frente ao desrespeito dos direitos mais elementares.

Haddad (2016) coloca em evidência as condições de subalternidade em que vivem as classes trabalhadoras frente à universalidade abstrata das receitas da longevidade prescritas pelos ideólogos, ou *experts* da velhice, quais sejam: a ciência, o Estado e o Serviço Social do Comércio (SESC). A autora fundamenta por que é preciso suspeitar das campanhas moralizatórias e paliativas advindas dessas instâncias, as quais não ultrapassam o nível da naturalização das desigualdades sociais.

Guita Grin Debert é cientista social, com doutorado na área, pesquisadora de temas como velhice, família, curso da vida, gênero e violência sobre os quais publicou uma vasta gama de livros. Dentre estes, merece destaque a obra “A reinvenção da velhice” (DEBERT, 2004), que é uma análise antropológica sobre a construção social da velhice no Brasil. Sua grande contribuição está no esclarecimento da dissolução da velhice enquanto uma experiência homogênea, e o faz questionando conceitos considerados corretos, por se basearem na literatura internacional. Esclarece também a maneira pela qual antigos processos privativos do envelhecimento estão sendo ressocializados e reatualizados.

Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva é assistente social com doutorado na área, sanitarista e gerontóloga, titulada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Foi anteriormente referenciada neste capítulo devido à sua contribuição para o entendimento da velhice enquanto uma produção social. Tem como principais linhas de pesquisa as categorias denominadas no título do seu livro: “Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital” (CAMPELO E PAIVA, 2014), uma obra que é fruto da sua tese de doutorado. A autora contextualiza a velhice do trabalhador através de um estudo sobre racionalidade e traz como inspiração a defesa da perspectiva da Totalidade Social nos estudos sobre o envelhecimento humano e a proposição da Gerontologia Social Crítica.

Solange Maria Teixeira é assistente social, com pós-doutorado na área, desenvolvendo pesquisas principalmente nos seguintes temas: Família e Política de Assistência Social; Trabalho Social com Família; Sistemas de proteção social; Envelhecimento e políticas sociais para as pessoas idosas. Dentre os seus livros publicados, destaca-se para a Gerontologia social: “Envelhecimento e trabalho no tempo do capital - implicações para a proteção social

no Brasil” (TEIXEIRA, 2008) vencedor do “prêmio CAPES”. A autora contextualiza o processo de venda da força de trabalho enquanto mercadoria, para a sobrevivência do trabalhador e a da sua família, em que este é submetido a um certo padrão de envelhecimento, enquanto que o sistema capitalista vai se reproduzindo para e pelos seus mecanismos. No percurso histórico do sistema de proteção social brasileiro, aponta suas tendências mais relevantes.

5.2.5.1 Resultados e discussão do parâmetro 5: as ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento (?)

Para este parâmetro, a estratégia utilizada foi buscar a presença de algumas autoras consideradas críticas, no edital de seleção do programa e/ou nas referências das ementas das disciplinas. As autoras buscadas foram: Simone de Beauvoir, Guita Grin Debert, Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, Solange Maria Teixeira e Sálvea Oliveira Campelo e Paiva, conforme foi exposto acima.

O resultado da busca identificou que no programa da **UFMS** foi trabalhada a autora: Guita Debert, na sua obra “A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento” (DEBERT, 2004), como referência da ementa de uma disciplina; A **PUC/RS** apresentou Simone de Beauvoir: “A velhice” (BEAUVOIR, 1990) e Guita Grin Debert: “A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento” (DEBERT, 2004) nas referências de ementas de disciplinas.

A **USP** apresentou uma diversidade de obras da autora Guita Grin Debert, algumas delas escritas em coautoria, como referências de uma disciplina, quais sejam: “A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento” (DEBERT, 1999), “Políticas do corpo e o curso da vida” (DEBERT; GOLDSTEIN, 2001), “O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento” (DEBERT, 1993), “Textos didáticos: antropologia e velhice” (DEBERT, 1994), “A aposentadoria e a invenção da terceira idade” (DEBERT; SIMÕES, 1998), “Envelhecimento e velhice na família contemporânea” (DEBERT; SIMÕES, 2011), “A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas” (DEBERT, 1997), “Família, classe social e etnicidade: um Balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento” (DEBERT, 1992) e “Velhice e sociedade” (DEBERT, 1999).

No programa da **UNICAMP**, foi possível identificar a presença de várias produções da autora Guita Grin Debert, algumas com coautoria, nas referências das ementas de três

disciplinas, são elas: “Antropologia e velhice, Textos didáticos, n. 19” (DEBRET, 1994) “Políticas do corpo e o curso da vida” (DEBERT; GOLDSTEIN, 2001), “Textos didáticos: antropologia e velhice. n. 13” (DEBRET, 1994), “A aposentadoria e a invenção da terceira idade” (DEBERT; SIMÕES, 1998), “Envelhecimento e velhice na família contemporânea” (DEBERT; SIMÕES, 2011), “A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas” (DEBERT, 1997), “A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento” (DEBERT, 2004), “Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento” (DEBERT, 1992), “O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento” (DEBRET, 1993) e “Velhice e sociedade” (DEBRET, 1999).

O programa da **UFPE** trabalhou na ementa de uma disciplina a autora Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, mediante a sua obra “A ideologia da velhice” (HADDAD, 1986). Na **UCB** foi identificada a referência de Guita Grin Debert, no edital de seleção do programa, com a obra “Envelhecimento e velhice na família contemporânea” (DEBERT; SIMÕES, 2006) e na ementa de uma disciplina aparece a autora Solange Maria Teixeira, através do seu texto “Envelhecimento na agenda pública brasileira” (TEIXEIRA, 2003). A **PUC/SP** trabalhou como referências em três disciplinas Simone de Beauvoir “A velhice” (1990) e Guita Grin Debert “A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento” (DEBERT, 1999), “O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento” (DEBERT, 1993), e “Velhice e sociedade” (DEBERT, 1999).

O programa da **FAMEMA** trabalhou “A velhice” de Simone de Beauvoir como referência na ementa de uma disciplina. No programa oferecido pelo **EDUCATIE** a autora Guita Grin Debert foi trabalhada na referência da ementa de uma disciplina, mediante a sua obra “Reinvenção da velhice: socialização e processos de privatização do envelhecimento” (DEBERT, 1999). Nos programas das demais Instituições (USJT, UFSCAR e UFPB) não foi identificado nenhuma das referidas autoras.

A perspectiva crítica, ainda que tímida, aparece de alguma maneira na maioria dos programas, com a presença das obras de Guita Debert e, com menor recorrência, a de Simone de Beauvoir. Desejável seria que todos os programas utilizassem as produções das autoras aqui elencadas, diante da importante contribuição do conteúdo crítico por elas trabalhado. A socialização desses conhecimentos, seguramente, favoreceria para a denúncia das desigualdades sociais, para a desnaturalização da velhice do trabalhador enquanto um problema social e para o questionamento dos padrões de exploração mantenedores desta ordem societária.

5.2.6 Exposição do parâmetro 6: posicionamento (ideo)político expesso

“O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2008, p. 47).

A concepção ideopolítica aqui entendida está diretamente relacionada com a percepção, a forma de compreensão da realidade, mesmo que não dita (ideologia). O posicionamento dos sujeitos e os seus desdobramentos nos estudos e pesquisas, mote que influencia o tratamento político dispensado às questões da velhice, porta uma dimensão política. Novamente, essa concepção nem sempre aparece explicitamente, no entanto, tudo o que é fruto da produção humana está carregado de ideologia e tem uma funcionalidade, sobre a qual concorrem interesses de classe e de poder.

Com a evolução da sociedade burguesa, marcadamente em 1848, vive-se um antagonismo entre progresso e reação.¹⁸ O movimento progressista ascendente, orientado no sentido de uma racionalidade humanística e dialética, passa a ser subordinado a um movimento que inverte todos os fatores do progresso (que continuam a existir) em fonte do progressivo aumento da alienação humana (COUTINHO, 2010).

Desde então, segundo Coutinho (2010), a tendência ideologizante, ou seja, a maneira de se compreender o mundo vai sendo limitada por um pensamento imediatista, centrado na forma aparente e fetichizada com que a realidade se apresenta e, conseqüentemente, há a fragmentação, o empobrecimento do objeto e da vida humana em sua totalidade.

Na acepção Gramsciana, existem formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência do conflito de classes e o solucionam pela luta política. Em Lenin, a ideologia passa a estar ligada aos interesses da classe dominante tornando-se a consciência política dessas. Mézsaros atualiza a reflexão em Marx, para quem o fio condutor acerca da ideologia reside, propriamente, na consideração do conflito de classes, inerente às sociedades de classes (MUSTAFÁ, 2017).

Na perspectiva histórico-discursiva, a ideologia corresponde à hegemonia de sentido, e em Gramsci, o conceito de hegemonia permite dimensionar os movimentos de entrega e resistência dos sujeitos aos sentidos sedimentados e aos deslocamentos (ressignificações)

¹⁸ A tendência ideologizante desde a ascensão burguesa rompeu com os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia. No lugar do humanismo, surge o individualismo exacerbado, a coisificação do homem; no lugar do historicismo surge uma pseudo-historicidade, ou uma apologia à positividade; no lugar da razão dialética vem o irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo (COUTINHO, 2010). Para mais informações consultar o livro: O estruturalismo e a miséria da razão, de Carlos Nelson Coutinho, em sua segunda edição (2010), pela editora Expressão popular.

como formas de luta pela legitimidade dos diferentes sentidos, já que, em meio aos sentidos possíveis, um tende a ser mais "lido", enquanto os outros podem nem ser cogitados (BARRETO; LEHER, 2008). Com isso, a hegemonia é expressão do domínio ideológico da classe dominante a qual se mantém e perpetua-se sobre predomínio de valores e normas socialmente aceitas, necessárias para manter a sua dominação.

Permanecendo em Gramsci, a ideologia se objetiva na realidade social, histórica e concreta, revelando-se no terreno político com um peso decisivo na organização da vida social. Se torna força material quando ganha consciência das massas, não sendo, portanto, ilusão ou aparência. São consideradas historicamente orgânicas as ideologias que se apresentam como uma concepção de mundo e se manifestam implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva (SIMIONATTO, 2011).

Dessa maneira, os valores, ou a orientação ideopolítica para com as questões do envelhecimento, vem se desenvolvendo na tensão entre a manutenção da concepção ideológica hegemônica burguesa, denominada conservadorismo, e a resistência à essa concepção. "O conservadorismo, desde sua origem, é um discurso em defesa da retomada dos padrões morais supostamente perdidos. Essa determinação, em parte, acompanha-o até a contemporaneidade" (SOUZA, 2016, p. 44). E a resistência o enfrenta, numa perspectiva de que as demandas reais da classe trabalhadora sejam desnaturalizadas, problematizadas e atendidas, diante da impossibilidade de uma outra ordem societária, na qual não exista a exploração do homem pelo homem.

Mas a ideologia (conservadora) segrega a produção de ideias das condições históricas sobre as quais são produzidas, assumindo um poder supremo e exterior à ação material dos homens. Estabelece-se enquanto um poder espiritual autônomo, ou seja, não como resultado do pensamento de homens de terminada classe que o produziu, mas como entidades autônomas e que foram descobertas por tais homens (MARX; ENGELS, 2009).

Enquanto ideologia típica da sociedade de classes, existente desde o período de transição do feudalismo para o capitalismo, o conservadorismo atua pela mediação de importantes aparelhos privados de hegemonia e de intelectuais orgânicos, assumindo paulatinamente posição de destaque na disputa pela hegemonia ideológica das classes dominantes, subsumindo, progressivamente, a hegemonia neoliberal. Tende a aparecer como discurso aglutinador em defesa da "ordem" e contra a desagregação que os "inimigos da sociedade" supostamente representam. Os "inimigos da sociedade" comumente são todos aqueles que sejam contrários ao projeto conservador, ou tão somente que representem

"problemas" ao sistema, como a população envolvida na questão da imigração, a carcerária, em situação de rua e a que representa a velhice pobre e doentia, entre outros, estreitando paulatinamente o círculo da tolerância (SOUZA, 2016).

Segundo Santos (2018, p. 46):

[...] O pensamento conservador se torna constituinte do ethos burguês. Volta-se à preservação de práticas e valores relacionados à valorização da hierarquia, da tradição, da moralização da questão social e elege a família como a célula principal capaz de promover, entre as novas gerações, formação e reprodução de um modo de ser dos indivíduos. Seu gosto pelas regras impõe o exercício do controle sobre mentes e corpos, extraviando a autonomia dos indivíduos, e sobre leis e ações políticas que deveriam ser públicas e laicas. Nada pode escapar à sua fúria de classificar, hierarquizando; de naturalizar, desistoricizando e de moralizar, rompendo e fazendo terra arrasada das conquistas civilizatórias, resultado de lutas históricas de sujeitos políticos organizados no mundo inteiro em defesa do trabalho, dos direitos, da seguridade social pública e da diversidade humana. Note-se aqui uma característica relevante do conservadorismo. Ele é reativo. Isso significa que obstaculiza, dificulta e, por vezes, impede o atendimento de determinadas reivindicações e demandas oriundas da auto-organização política da classe trabalhadora.

No campo ideológico, a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), realizada em Viena pela Organização das Nações Unidas em 1982, inaugura formalmente o tom do envelhecimento humano enquanto um problema de proporção global, merecedor de uma solução uniforme que deverá partir da família, da sociedade e do Estado (este atuante sempre em última instância).

Na II AME, realizada em Madrid em 2002, a preocupação maior foi direcionada ao envelhecimento vivenciado nos países capitalistas periféricos. Naquele período o conservadorismo já estava completamente instalado no Brasil, consolidando-se a partir dos anos 1990. Com isso, desde a II AME, as questões do envelhecimento humano adentraram nos espaços acadêmicos, preocuparam e mobilizaram gestores governamentais e a sociedade civil, no entanto, as respostas que vêm sendo dadas por essas instâncias são fragmentadas e limitadas ao imediatismo (CAMPELO; PAIVA, 2014).

Isso impõe, ao terreno ideopolítico, orientador das estratégias de intervenção na realidade, o desafio de desmistificar essas demandas na perspectiva de atendê-las, uma vez que a concepção ideológica hegemônica conservadora suprime a possibilidade de apreender a historicidade dos processos sociais, mascarando e naturalizando as desigualdades sociais produzidas pela questão social.

Na resistência ao conservadorismo, a categoria totalidade social permite compreender a realidade em sua complexidade, extrapolando o recorte pontual e imediato dos processos

sociais. Ao questionar a naturalização dessas construções, é possível sair da maneira aparente em que elas se apresentam, através de um norteamento crítico, de perspectiva totalizante, capaz de instrumentalizar a apreensão das dimensões essenciais, aproximando-se ao seu núcleo inteligível.

5.2.6.1 Resultados e discussão do parâmetro 6: posicionamento (ideo)político exposto

A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, a qual nega, relativiza e naturaliza a existência e as formulações das concepções ideológicas presentes na sociedade, bem como os tratamentos e enfiamentos políticos oriundos dessas esferas. O posicionamento ideopolítico aqui referido buscou apreender a funcionalidade dos estudos e pesquisas realizados. E nesse aspecto, não foram identificadas referências explícitas à concepção ideopolítica nos documentos analisados e nos sites oficiais das Instituições de Ensino Superior, ofertantes dos programas de mestrado e doutorado em Gerontologia.

Numa apuração mais específica, foi identificado no programa da UCB a presença do tema “Ciência, senso comum e ideologia” na ementa de uma das disciplinas obrigatórias, embora sem indicação da referência bibliográfica utilizada. Consta na ementa da disciplina do programa da UFPE a abordagem da desigualdade de gênero na velhice, em atenção à “diversidade dos discursos construídos sobre a pessoa idosa, seus elementos ideológicos e as implicações de poder” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2014), que é uma discussão necessária, porém, comumente silenciada pelos padrões ideológicos mantenedores das desigualdades, como as de gênero.

A ausência sobre a concepção ideopolítica nos documentos analisados permite lembrar que o não dito, a suposta neutralidade ou até a negação da presença de ideologias e a sua interferência na arena política coadunam com o pensamento conservador. Não referi-lo oferece os meios para a sua reprodução indistinta e perversa. Segundo Vale (2012), mesmo de maneira oculta, a reprodução da ideologia no cotidiano da ordem burguesa é condicionada pelas determinações estruturais, expressando-se nos processos de relações institucionais de poder dos quais o setor educação não está imune, com uma aparência de neutralidade e suposto distanciamento do terreno da luta de classes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou compreender a concepção ideopolítica subjacente à pós-graduação brasileira *stricto sensu* em Gerontologia. Tendo em vista a complexidade do tema e a ausência de produções de conhecimento sobre o âmbito geral dos mestrados e doutorados em Gerontologia do país, a proposta foi de tecer uma primeira aproximação, motivada pela atenção à funcionalidade desses estudos para a velhice da classe trabalhadora.

Assim, apara se aproximar a sua concepção ideopolítica, foi preciso conectá-la ao âmbito geral da pós-graduação brasileira, pertencente ao macro contexto da política social de direito “Educação”. Enquanto tal, as relações empreendidas entre Estado, capital e trabalho foram e são determinantes para o contorno dessa política na particularidade brasileira, país capitalista periférico de economia dependente.

Foram apresentadas, enquanto tendências ao âmbito geral da pós-graduação brasileira, a funcionalidade da educação para o mercado e para o capital, com ênfase no crescimento quantitativo dos programas, sobretudo pelo setor privado, podendo comprometer, com isso, a qualidade do conteúdo crítico. Não há como desconsiderar que o PNPG vigente, tem como objetivo central promover a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e com a sociedade.

Outra tendência apresentada foi a mercadorização da educação, em que esta é uma mercadoria, sobretudo em seus níveis mais elevados de ensino, aos quais terão acesso a quem possa por eles pagar, contando inclusive com facilidades de financiamento e a certeza de uma alta conta a ser paga, ao final do processo formativo. Mas o próprio mercado não oferece oportunidades de emprego para todos.

Ainda como tendência, foi apontada a influência de modelos externos, desde a implantação da modalidade *stricto sensu* no país, com a importação de intelectuais estrangeiros para compor a estruturação deste nível de ensino e a priorização da qualificação profissional, em detrimento da produção de conhecimento comprometida com a realidade e com os problemas locais. Somado a isso, a herança conservadora inviabilizou projetos educacionais críticos e engajados com o processo de transformação da realidade brasileira, sobretudo aqueles projetos presentes em Instituições de Ensino Superior (IES), como a graduação e a pós-graduação.

Sem estar imune a todas essas convergências, a Gerontologia se estabeleceu sob a tendência ideologizante conservadora de naturalizar as desigualdades sociais e com isso homogeneizou a velhice e o envelhecimento. A diferenciação determinante sempre foi a de

colocar a velhice pobre e doentia enquanto um problema social, deslocado do contexto que a produziu.

Por isso, a proposta seguinte foi a de identificar os programas de mestrado e doutorado para saber, a partir dos documentos que os normatizam, se eles oferecem elementos capazes de avançar criticamente, desmistificando essa homogeneidade na velhice e as desigualdades sociais produtoras da velhice enquanto um problema social.

Como foi visto, ainda são poucos os programas no país, com concentração nas regiões mais desenvolvidas e nas suas capitais. Porém, se é verdade que ainda há muito o que avançar, do ponto de vista da funcionalidade dos estudos e pesquisas, para a velhice da classe trabalhadora nos espaços em que já existem os cursos, na modalidade mais privilegiada em termos de ensino e pesquisa, que é a *stricto sensu*, pode-se entender que a situação passa a ser mais difícil onde inexistente a oferta de programas de mestrado e doutorado, como é o caso de toda a região Norte.

Os seis parâmetros de análise, criados enquanto estratégia de aproximação à concepção ideopolítica dos programas, viabilizou o alcance dos objetivos deste estudo. Isso não quer dizer que tenha esgotado o assunto, sendo necessárias novas aproximações para abordar tamanha complexidade deste objeto.

O parâmetro 1: **associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho na sociedade moderna**, deixou clara a defesa da categoria trabalho e a interlocução entre os tipos abstrato e concreto, enquanto fundamental para os estudos sobre o envelhecimento. Antes de defendê-lo enquanto um “poderoso aliado para a longevidade” é preciso considerar seus prejuízos para a saúde, uma vez que o trabalho explorado vivido pela maioria da população antecipa a degradação das suas capacidades e potencialidades.

Os documentos disponibilizados pelos programas, de maneira geral, ainda carecem dessa discussão. Foram identificadas pouquíssimas referências críticas e algumas fundamentadas na discussão da Gerontologia tradicional, sem a perspectiva de classe, sem consideração da exploração da mão de obra, nem referência às desigualdades sociais. O consenso na Gerontologia tradicional defende (contra)reformas, atualmente em curso, que preveem mais trabalho para quem já foi demasiadamente explorado.

O parâmetro 2: **favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural**, buscou identificar o espaço da Gerontologia social presente nos programas, para que a partir dele fossem facilitadas contribuições para além do campo biológico, tendo em vista a multidisciplinaridade da área ser condição *sine qua non*. Seja pelas linhas de pesquisa, e principalmente pela composição do corpo docente, prevalece a área

da saúde na formatação dos programas e a inexpressividade das demais contribuições multidisciplinares.

O parâmetro 3: **resgate da história de Gerontologia associada a processos sociais mais amplos** defendeu que fossem estabelecidos recortes para diferenciar o envelhecimento, tais como a localidade, classe social, etnia, gênero e geração. Buscou identificar esses determinantes, as expressões mais utilizadas sobre a velhice, bem como os objetivos do curso, para que os programas foram criados e se resgatavam a história da Gerontologia. Nem todos os programas apresentaram redação, de maneira que fosse possível identificar essas informações. Porém, os que trouxeram pontuaram com alguns elementos e com traços da Gerontologia tradicional.

O parâmetro 4: **ultrapassagem do âmbito da responsabilidade individual e familiar, referenciando as Políticas Públicas afirmativas de direito**, buscou defender que quanto mais se conhece e se referencia o conteúdo das leis e das políticas destinadas à população idosa, mais se legitima a afirmação do espaço público enquanto responsável pela provisão de bens e serviços essenciais, enquanto indutor de direitos. Do contrário, tem-se o reforço à perspectiva neoliberal de Estado mínimo, socializando e reprivatizando atividades do passado para proteção social, responsabilizando e sobrecarregando indivíduos e suas famílias. Pelo que foi visto nos programas, existe uma referência aos direitos da população idosa, ainda que de maneira incompleta.

No parâmetro 5: **as ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento (?)** foi defendido o conteúdo crítico, referenciando as produções de cinco autoras de grande expressão na Gerontologia social. Como resultado, uma delas apareceu com maior frequência. Nenhum programa trabalhou todas elas e alguns programas não referenciaram nenhuma delas. Esse cuidado com o conteúdo crítico, que parece ser pouco expressivo, talvez seja justificado pelo incipiente espaço reservado à Gerontologia social na maioria dos programas.

Por fim, o parâmetro 6: **posicionamento ideopolítico exposto**, se colocou enquanto um último recurso de apreender explicitamente a posição dos programas em relação à presença das ideologias e os seus mecanismos de atuação, para além do que está subjacente. Mas essa concepção ideopolítica foi silenciada e quase todos os programas nada dizem sobre ideologia, como requer o conservadorismo.

Com isso, foi mostrado que a Gerontologia tradicional, fortemente presente em todos os programas, começa a despontar traços críticos, mas se fortalecidos podem ser capazes de apreender o processo de envelhecimento de maneira mais completa. Em termos conjunturais,

concorda-se com Almeida (2018, p. 68), ao considerar que apesar dos esforços, a organização da educação e as suas pedagogias, nos marcos da hegemonia conservadora:

reatualizam as formas de controle e dominação em associação às necessidades de recuperação das taxas de lucro. Um dos desdobramentos desse esforço geral na manutenção da hegemonia das classes dominantes é a elaboração de projetos educacionais que obstaculizem as possibilidades de apreensão, pelos trabalhadores, dos processos que determinam sua condição de classe, assim como restrinjam o acesso e a compreensão das produções no campo da cultura, ciência e tecnologia como possibilidades de elevação do gênero humano.

Distante de concluir o tema, este estudo sugere o desenvolvimento de outros, que possam unir esforços ao que vem sendo trabalhado pela Gerontologia social crítica, a qual considera de fundamental importância negar a ideologia responsável por homogeneizar a velhice, cujo principal resultado tem sido a culpabilização do indivíduo pelo seu envelhecimento fora dos padrões ideais do que se convencionou chamar de saudável e/ou ativo.

Reafirma-se, portanto, o pensamento de Beauvoir (1990), que denuncia a conspiração do silêncio, reivindicando estudos sobre o envelhecimento capazes de esclarecer o abismo existente entre a velhice dos ricos e a velhice dos pobres, os quais não terão êxito sem estabelecerem a centralidade do trabalho e o recorte das classes sociais. E mais, enquanto disciplina que participa dessa proposição, “para além do diálogo crítico [...], o Serviço Social se coloca como produtor de conhecimentos que se contrapõem, hegemonicamente, à lógica apologética e conservadora que preside majoritariamente o debate intelectual burguês no Brasil” (SOUZA, 2016, p. 23).

Diferente dessa proposta, a condução da dissertação não poderia se realizar, pois a concepção teórico-metodológica que a orienta é uma contribuição desde a profissão de Serviço Social para o campo da Gerontologia social, que, contemporaneamente, integra nova frente de proposições, a partir da Gerontologia social crítica. Esta não é exclusiva ao Serviço Social, precisando da contribuição de todas as disciplinas que conversam com a Gerontologia, para que, interdisciplinarmente, possa contribuir no âmbito da Gerontologia biomédica, da Geriatria e, sobretudo, da Gerontologia social, funcionais a todas as classes sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T. A política de educação, impactos da contrarreforma do estado e a desconstrução dos direitos sociais. **ENCONTRO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL**, 5., 2018, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2018. p. 62-72.
- ALVES, S. B.; CAMPELO E PAIVA, S. O.; ARRUDA, F. T. Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. **Textos Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 75-83, jan./jul. 2016.
- AMADIO, A. C. Os caminhos da pós-graduação “stricto sensu”. **Rev. Paul. Educ. Fis.**, São Paulo, v. 13, p. 36-41, dez. 1999. Especial.
- ARRUDA, F. T.; CAMPELO E PAIVA, S. O. A velhice vítima de negligência: omissão do estado e rebatimentos ao serviço social. **Rev. Kairós Gerontol.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 247-262, 2014.
- ASSOCIATION FOR GERONTOLOGY IN HIGHER EDUCATION. **Directory of educational programs in gerontology and geriatrics**. Washington: AGHE, 2000.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 423-436, set./dez. 2008.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social, v. 2).
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: teoria e exercícios**. 7. ed. Madrid: Paraninfo, 1991.
- BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 3 dez. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Antecedentes: os planos anteriores. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano nacional de pós-graduação (PNPG): 2011-2020**. Brasília, DF: Capes, 2010. v. 1, p. 25-38.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório final 2016**: sumário executivo. Brasília, DF: Capes, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Aprova a política nacional de saúde da pessoa idosa. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 4 dez. 2018.

CACHIONI, M. Gerontologia educacional: educação gerontológica. *In*: NERI, A. L. (org.). **Palavras-chave em gerontologia**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2008. p. 92-94.

CACHIONI, M.; NERI, A. L. Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. **RBCE Rev. Bras. Ciên. Envelhecimento Human.**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 99-116, jan./jun. 2004.

CAMPELO E PAIVA, S. O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20-28, jan./jun. 2010.

COHEN, L. Não há velhice na Índia: os usos da Gerontologia. *In*: DEBERT, G. G. **Antropologia e velhice**. 2. d. Campinas: IFCH: UNICAMP, 1998. (Textos didáticos, n. 19). p. 65-118.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CUNHA, L. A. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **R. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 66-70, set./out. 1974.

CUNHA, L. A. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF, 1991.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. *In*: BARROS, M. M. L. (org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 49-67.

DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Rev. Bras. Ciên. Soc.**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.

DEBERT, G. G. (org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: Unicamp, 1994. (Textos didáticos, 13).

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EdUSP, 1999.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp: FAPESP, 1999.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DEBERT, G. G. Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. **BIB: Bol. Inf. Bibliogr. Ciên. Soc.**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 33-49, 1. sem. 1992.

DEBERT, G. G. O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento. **Perspect.**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 121-128, 1993.

DEBERT, G. G. Velhice e sociedade. *In*: DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: USP, 1999.

DEBERT, G. G.; GOLDSTEIN, D. M. **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Sumaré, 2001.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. *In*: DEBERT, G. G. (org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: Unicamp, 1998. p. 29-44. (Textos didáticos, 13).

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. *In*: FREITAS, E. V. *et al.* **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1366-1373.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. *In*: FREITAS, E. V.; PY, L. (ed.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 1571-1579.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil**: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FONSECA, S. C.; MERCADANTE, E. F. O programa de estudos pós-graduados em gerontologia/PUC-SP: por que gerontologia social. **Pan Am. J. Aging Research.**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 54-60, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDSTEIN, L. L. A produção científica brasileira na área da gerontologia (1975-1999). **Rev. online Bibli. Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 1, n. 1, out. 1999. Disponível em: www.bibli.fae.unicamp.br/revgeron/llg.htm. Acesso em: 2 jan. 2019.

GONÇALVES, L. O campo da gerontologia e seus desafios. **Rev. Saúde. Com.**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 12-19, 2007. Especial.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, C. M.; BACKY, S.; GUERRA, Y. *et al.* (org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. cap. 1, p. 9-13.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, E. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HADDAD, E. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. Ed. Cortez, São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época).

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 3, n. 3, p. 9-32, 2001.

KAC, G. *et al.* Panorama atual dos programas de pós-graduação em nutrição no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 19, n. 6, p. 771-784, nov./dez. 2006.

KELLER, S. B. A.; PERUZZO, J. F. Paradigmas da gerontologia: quando o envelhecimento humano se transforma em objeto de conhecimento. **Rev. Kairós Gerontol.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 329-348, 2017.

LEAL, M. C. C.; MARQUES, A. P. O.; ZIMMERMANN, R. D. Programa de Pós-graduação em Gerontologia-PPGERO/UFPE: 1º curso *stricto sensu* do norte-Nordeste do Brasil. **PAJAR Pan Am. J. Aging Research**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 93-98, 2014.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOPES, A. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas: Alínea, 2000.

MAGALHÃES, S. M. O.; SOUZA, R. C. C. R. Qualidade social e produção de conhecimento. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 58, p. 253-270, out./dez. 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. v. 1, t. 1. (Coleção os economistas).

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, R. C.; SILVA, T. B. L.; CACHIONI, M. Desafios da formação em gerontologia. **Rev. Kairós Gerontol.**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 123-147, 2015. Especial.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo, 2006. (Mundo do trabalho).

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINTO, L. W. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2014.

MUSTAFÁ, M. A. M. O ser social: a emancipação necessária. *In*: MUSTAFÁ, M. A. M. **Ser social**. Recife: Ed. da UFPE, 2017. p. 1-19.

NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2008.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e sociedade**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

PAPALÉO NETTO, M. P. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. *In*: FREITAS, E. V. *et al.* **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. cap. 1, p. 2-12.

PAULO NETTO, J. Introdução ao método da teoria social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. cap. 6, p. 667-700.

PEDROSO, A. A.; DIEHL, A. A. Tendências dos estudos sobre o envelhecimento humano no Estado Rio Grande do Sul. **Rev. Portal Divulg.**, [s. l.], ano 2, n. 222, p. 18-31, jun. 2012.

PRADO, S.; SAYD, J. A Gerontologia como campo de conhecimento científico: conceitos, interesses e projeto político. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 491-501, apr./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?scrisci_arttpt&pid. Acesso em: 24 nov. 2018.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. P. C. A pós-graduação em educação no norte e nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Rev. Bras. Educ.**, Belo Horizonte, n. 30, p. 70-81, set./dez. 2005. Especial.

RIFIOTIS, T. O idoso e a sociedade moderna: desafios da gerontologia. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2007.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Rev. Bras. Educ.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SANTOS, S. M. M. O avanço do conservadorismo na seguridade social e as implicações na concepção de família. *In*: ENCONTRO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5., 2018, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2018. p. 42-53.

SILVIA, L. R. C. *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 4 nov. 2018.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista: questões para o trabalho dos assistentes sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 5., 2018, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2018. p. 175-197.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento na agenda pública brasileira. **Rev. Polít. Públicas**, São Luís, v. 7, n. 1, 2003.

TEIXEIRA, S. M. Sistema de proteção social brasileiro na contemporaneidade: “novas” relações entre estado e sociedade? **Rev. FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, art. 15, p. 264-280, jan./mar. 2013.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. **Teoria social crítica**: do que se trata? Maceió: [s. n.], 2012. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Teoria_social_critica.pdf. 2008. Acesso em: 14 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Programa de Pós-graduação em Gerontologia. [**Dados da disciplina velhice, poder e relações de gênero**]. Recife, 2014. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2018.

VALE, E. S. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico**: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE. 2012. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. Y. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, 2015. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002735407.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Tradução Suzana Gontijo. Brasília, DF: OPAS, 2005.

APÊNDICE A – CHECK LIST APLICADO NA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GERONTOLOGIA

CHECK LIST

Apresentação do Programa

Nome do Programa:

Instituição:

Localização:

Data da recomendação CAPES:

Data de início:

Área básica:

Área de avaliação:

Nível:

Nota do curso:

Créditos em disciplina para titulação:

Associação com programas Minter/Dinter:

1. Associação do envelhecimento humano com o processo de trabalho:

- A) () Na descrição do Programa
 () No conteúdo para estudo do edital de seleção
 () No conteúdo das ementas das disciplinas
 () Não há referência
- B) Se houver, qual é a categoria de Trabalho abordada?
 () Enquanto inserção na divisão social do trabalho
 () Dimensão laboral, associada ao mercado de trabalho
- C) A abordagem ao processo de trabalho, via referência bibliográfica:
 () Apresenta-se enquanto um condicionante/ determinante do envelhecimento
 () Reforça a perspectiva de que o trabalho é um aliado à longevidade

2. Favorecimento da análise do envelhecimento humano para além de um dado natural

- A) Possui a presença de outras disciplinas, que não sejam de âmbito exclusivo da área da saúde, no quadro de docentes? Quais?
- B) Possui linhas de pesquisa que não sejam exclusivamente voltadas às ciências da saúde e biológicas? Quais?

3. Resgate a história da gerontologia associada a processos sociais mais amplos:

- A) Aborda a história da Gerontologia – Edital de seleção e/ou ementas das disciplinas
 Tratado de Geriatria e Gerontologia
 Outros autores. Quais?
 Não há referência
- B) Ao contextualizar mundialmente o envelhecimento, considera a presença de países que não vivenciam a longevidade. Quais?
- C) Considera a heterogeneidade/ individualidade do envelhecimento
- D) Considera diferenciações determinantes do envelhecimento, como classe, gênero, geração e etnia.
- E) Faz abordagem aos aspectos biopsicossociais do envelhecimento
- F) Utiliza os termos: Velho Velhice Envelhecimento Idoso Terceira Idade Outros: _____
- G) Para que o Programa foi criado? Breve contextualização
- H) Qual é o objetivo do curso?
- I) De maneira geral, pontua algum desafio? Qual(is)?

4. Extrapola o âmbito de responsabilização individual e familiar, referenciando as Políticas Públicas afirmativas de direito

- A) Aborda a Seguridade Social:
 Na descrição do Programa
 No conteúdo para estudo do edital de seleção
 No conteúdo das ementas das disciplinas
 Não há referência
- B) Presença da Legislação destinada ao segmento idoso, no edital para a processo seletivo e/ou nas ementas das disciplinas:
 Política Nacional do Idoso
 Estatuto do Idoso

- Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
- Outra:

5. As ementas das disciplinas permitem uma leitura crítica sobre o envelhecimento

Presença de referência crítica no edital de seleção e/ou nas ementas das disciplinas

- Simone de Beauvoir
- Guita Debert
- Eneida Haddad
- Solange Maria Teixeira
- Sálvea Oliveira Campelo e Paiva
- Nenhuma

6. Posicionamento (ideo)político expresso:

- A) Na apresentação do Programa
 - No edital de seleção
 - Nas ementas das disciplinas
- B) A quem se destina o foco dos estudos/pesquisas?